



Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário

Nº 13

Edição ESPECIAL SOBRE a ONDA DE PROTESTOS NO BRASIL

ISSN 1983-1684



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL
MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva de quem os assina e não expressa, necessariamente, a concepção do conselho editorial ou do movimento.

Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico:

enfrentamento@yahoo.com.br

Os textos devem ser enviados em preferencialmente formato ".rtf", podendo ser em ".odt" ou ".doc", com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman, tamanho 18 para o título, 16 para subtítulos, 12 para autor, 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5.

O corpo editorial publicará os textos que considerar coerentes com a perspectiva do movimento.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

José Nerivaldo P. Da Silva

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Mateus Orio.

Imagens dos protestos retiradas da internet.

Sumário

EDITORIAL.....	5
POR UMA VIDA SEM CATRACAS! MOBILIZAÇÕES POPULARES E LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO TRANSPORTE - <i>João Gabriel da Fonseca Mateus</i>.....	8
A ESPONTANEIDADE DAS MANIFESTAÇÕES - <i>Edmilson Marques</i>	18
MANIFESTAÇÕES POPULARES E LUTAS DE CLASSES - <i>Nildo Viana</i>	25
PARA ALÉM DOS PROTESTOS - <i>Lucas Maia</i>	36
MANIFESTAÇÕES, ESTADO E O FIM DO CAPITALISMO - <i>Edmilson Marques</i>.....	50

EDITORIAL

No editorial da Revista *Enfrentamento* nº 7 de jul/dez de 2009, já dizíamos: “Contra os agentes do capital, somente *O Enfrentamento* é realista. Toda forma de coalizão é mero idealismo ou puro oportunismo”. Esta assertiva se afirmou com clareza vítrea nas jornadas de lutas populares de junho de 2013. Toda a mobilização popular que comoveu o Brasil só demonstrou como aquela afirmação é verdadeira.

Quem são os agentes do capital? Naturalmente a classe dos capitalistas e o conjunto de classes auxiliares da burguesia: burocracia (estatal, empresarial, partidária, sindical etc.), intelectualidade (cientistas, jornalistas, artistas etc.). Todas estas classes que se colocam no campo das classes dominantes, seja materialmente ou ideologicamente, se viram obrigadas a recuar diante da força da população organizada nas ruas.

Como é de conhecimento público, o estopim para o início das mobilizações foi a questão do aumento das tarifas de transporte coletivo em várias cidades brasileiras. Começou-se, já no mês de abril, um conjunto de ações de grupos auto-organizados convocando protestos para reduzir os preços da tarifa onde estes haviam aumentado ou para impedir que os mesmos aumentassem, onde ainda não havia ocorrido alteração nos valores. Um uníssonos foi ouvido da boca dos agentes do capital: “não reduziremos o valor das tarifas”. As mobilizações, protestos continuaram nos meses de maio e junho. Resultado: em todo o Brasil não houve aumento de tarifa. Nos lugares onde aumentaram, os empresários do transporte, os prefeitos, os governadores de estado e a presidente da república disseram em um novo uníssonos: “tudo bem, vamos manter o valor antigo”. Onde não houve aumento, disseram: “deixem o preço no valor em que está”. E em algumas cidades houve redução em relação aos valores que predominavam.

Mas também os meios oligopolistas de comunicação viram-se obrigados a recuar diante de suas posições iniciais. Durante os meses de abril e maio, quando os protestos ainda eram mais localizados, mas sobretudo após os protestos na primeira semana de junho em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte etc. a mídia nacional condenou de modo absoluto a radicalidade das ações dos manifestantes.

Contudo, na segunda semana de junho, quando as manifestações adquiriram dimensões continentais, recebendo o apoio de imensas parcelas da população, quando na verdade, o conjunto da população trabalhadora se tornou manifestante, os meios de comunicação viram-se obrigados a recuar em suas posições e passaram a “apoiar” (as aspas são mais importantes do que a palavra que está entre elas) as manifestações. Ou seja, recuaram ante a população mobilizada.

Assim, “somente o enfrentamento é realista”. Nenhum outro tipo de ação é realmente ação do ponto de vista das classes exploradas e oprimidas. A via institucional (eleições, recorrer a órgãos públicos como Ministério Público, PROCOM, ações via partidos ou sindicatos no poder ou na oposição etc.) não leva a absolutamente lugar nenhum. A prova disto foram as jornadas de junho. Até então, a normalidade da dinâmica institucional do capitalismo caminhava a décadas sem grandes distúrbios. Tal normalidade foi abalada e o poder (do estado e do capital) viram-se afligidos diante dos fatos.

Somente a auto-organização, a ação direta é insurrecional. Este *Enfrentamento* que entregamos agora ao leitor tem a intenção de afirmar esta *práxis*. Os textos aqui reunidos foram escritos no calor das ações. O tempo de reflexão foi o tempo de observação e análise dos processos que corriam pelas ruas das cidades brasileiras. Tem também a intenção de apontar as tendências para onde caminham tais mobilizações... Estas tendências são, na verdade, o elemento central, pois é a partir delas que devemos nos organizar e mobilizar. Os grupos radicais (anarquistas, autonomistas, autogestionários, independentes etc.) que querem realmente apresentar-se como força política diante dos acontecimentos devem observar com clareza quais as tendências que se espreitam no horizonte para se posicionarem a afirmarem a tendência à radicalização e ampliação dos protestos.

Este *Enfrentamento* não pretende ser uma análise neutra dos fatos. Pelo contrário, pretende ser uma proposta de ação, de intervenção, de ampliação, de radicalização dos protestos para além de si mesmos. Como já disse Marx, a teoria, por si só não muda nada, mas quando se apodera da cabeça das massas, converte-se ela própria em força material. Ou seja, a teoria é também mobilizadora e é por

isto que colocamos à disposição de todos e todas que querem radicalizar ainda mais o processo de mobilização para que esta tenda para a instauração de um processo, uma onda revolucionária.

Se o *Enfrentamento* é realista, é também a única forma digna de as classes trabalhadoras se colocarem diante do poder. A máxima, portanto, deve ser: “o poder não há que conquistá-lo, há que destruí-lo”.

Sem mais delongas, boa leitura e disposição para a luta.

POR UMA VIDA SEM CATRACAS!

MOBILIZAÇÕES POPULARES E LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO TRANSPORTE

*João Gabriel da Fonseca Mateus**

joaogabriel_fonseca@hotmail.com

O ano de 2013, especificamente nos liames dos meses de maio e junho, proporcionou uma onda de manifestações em todo o Brasil. Lutas específicas e amplas apontaram para a necessidade de transformações sociais. Apesar do aspecto de ampliação que tomou as manifestações, nos limitaremos nesse texto a discutir as mobilizações populares que giraram em torno da questão do transporte coletivo urbano que marcaram presença nas ruas de centenas de cidades, dando enfoque para os atos ocorridos em Goiânia. Após isso, faremos uma breve exposição das concepções gerais da *Frente de Luta contra o Aumento da Passagem*¹, organização que figurou na organização e coordenação de atos de luta sobre o transporte na capital goianiense e do *Movimento Passe Livre*² que atuou na cidade de São Paulo. Para finalizar o texto, ressaltaremos as concepções libertárias desses movimentos apresentando também seus limites palpáveis.

De Porto Alegre à Goiânia e ao Brasil

Sob os auspícios do lema *3,05 é roubo! Não temos partido e nem bandeiras*, somos o povo, os protestos, atos, manifestações ocorridas na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, conseguiram barrar o aumento de 20 centavos da passagem. Nessas manifestações que irromperam nos meses de março e abril foram modelos e serviram de inspiração para acender a chama revoltosa em outras cidades. Assim, essa revogação no preço foi o prelúdio para atos em várias localidades, tais como Goiânia e São Paulo, consecutivamente.

Em Goiânia, por exemplo, no mês de abril, estudantes secundaristas, universitários e trabalhadores (as) articularam a formação de uma organização que coordenasse as ações contra o aumento da tarifa que em alguns dias seria anunciada. Sob o nome de *Frente de Luta contra o Aumento da Passagem*, a organização coordenou várias ações na cidade. Esse grupo contava com indivíduos autonomistas, anarquistas, bolcheviques, dentre esses, alguns membros de partidos

* Possui graduação em Licenciatura Plena em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2013). É aluno do curso de Especialização em História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas da UFG. É autor do livro *Educação e Anarquismo: Uma perspectiva libertária*. É membro do NUPAC (Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural) e do corpo editorial da Revista Espaço Livre.

¹ Nesse texto chamaremos essa organização com o nome de *Frente*.

² Aqui será referenciado com a sigla *MPL*.

políticos (PT, PCdoB, PSTU, PCB, PSOL) e outros que não se vinculavam – explicitamente – a nenhuma tendência militante.

As ações da *Frente* articulavam primeiramente com um objetivo específico de barrar o suposto aumento que seria anunciado nos próximos dias. Além disso, almejava outras perspectivas como pressionar a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo) e a CDTC (Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo) para liberar as planilhas de custo e de lucros, impor uma participação popular na CDTC, por fim à concessão do transporte aos oligopólios empresariais, etc. Por fim, após a revogação do aumento, a *tarifa zero* (sem restrição e universal) foi uma bandeira levantada.

Alguns acontecimentos foram fundamentais para o crescimento das ações em Goiânia dentre eles, uma paralisação dos motoristas. Na noite do dia 1º de maio, uma greve de motoristas de ônibus do transporte coletivo metropolitano foi decretada. A priori organizada pelo Sindicato dos motoristas (Sinditransporte) e, posteriormente, sendo superada pelos próprios motoristas que romperam com o sindicato criando uma autonomia importante, a greve potencializou a insatisfação dos usuários causando uma canalização do problema para suas más condições, superlotação, atrasos e preço abusivo.

Logo após esse crescimento mobilizativo, a *Frente* organizou alguns atos e manifestações em Goiânia.

O primeiro deles ocorreu no dia 8 de maio onde o movimento saiu da Praça Cívica (localizado no centro da capital) e seguiu para o cruzamento mais movimentado da cidade, a Praça do Bandeirante. Nesse **primeiro ato**, surpreendendo as autoridades policiais pela quantidade de estudantes que ali estavam, as formas simbólicas de manifestação deram a tônica do movimento. Queima de pneus, bloqueio do maior cruzamento da cidade por mais de 3 horas e a presença de uma representante da CMTC deram os passos iniciais de um movimento que perduraria por alguns meses.



Figura 1 - Primeiro ato organizado pela Frente de Luta contra o Aumento da Passagem



Figura 2 - II Ato. Na ocasião, comandante da Tropa de Choque agride manifestante no rosto.

O **segundo ato** ocorreu na Praça A e, por assim dizer, pode ser considerado como o marco divisor da radicalidade das futuras ações. Após horas de bloqueio da região do bairro Campinas, a tropa de choque da Polícia Militar reprimiu violentamente os manifestantes e, até mesmo indivíduos que nem se quer protestavam. A dureza e inescrupulência da ação repressiva dos aparatos militares do Estado deram seus primeiros atos de violência e que no quarto ato viriam a retomar, com mais potencialidade.

Apesar da diminuição dos conflitos, o **terceiro ato** foi marcado por uma continuidade dos conflitos entre policiais e manifestantes. Com o intuito de barrar a reunião dos representantes dos órgãos responsáveis pela deliberação do aumento (CDTC, CMTC, Prefeitura de Goiânia e demais prefeituras da região metropolitana e Governo do



Estado) o ato se organizou na Praça Universitária e saiu em direção à frente do Palácio Pedro Ludovico

Figura 3 - III Ato na Praça Cívica em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede do governo do Estado de Goiás. Créditos: Renan Accioly Wanser.

Teixeira onde aconteceu a referida reunião. Mesmo com a manifestação e pelos apelos do não aumento, fora deliberado o aumento de 30 centavos no preço da tarifa. Menos de 12 horas após da decisão, começou a cobrar em Goiânia e na região metropolitana o novo preço, estipulado em R\$ 3,00. Com esse abusivo aumento, a radicalidade tomou conta no ato do dia 28 de maio.

Percorrendo a Avenida Universitária com destino à Praça da Bíblia, o **quarto ato** engrossou o coro pelo



Figura 4 - IV Ato organizado pela Frente de Luta contra o Aumento.

cancelamento do aumento da semana anterior. Porém, a truculência policial marcou e deu as diretrizes para a manifestação. Com bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha e, até mesmo, uso de armas de fogo letal, estiveram presentes. Cerca de duas dezenas de manifestantes foram presos e dentre eles, alguns menores. Como maneira simbólica, ônibus foram incendiados provando assim, a insatisfação generalizada com o sistema de transporte e consultivamente, com toda a truculência do Estado.

No **quinto ato** ocorrido no dia 6 de junho, os resquícios do medo e da possibilidade de outro confronto violento com as formas militares estiveram presentes. Saindo do Teatro Goiânia, localizado em uma região de grande fluxo de trânsito, percorrendo até o SETRANSP e de lá, para a CMTC,



o quinto ato deixou claro a combatividade do movimento

Figura 5 - V Ato em Goiânia. Na imagem, manifestantes fazendo o ato lúdico de satirizar a Polícia Militar.

mais uma vez nas ruas da cidade. Durante o ato, uma exposição lúdica de um teatro deu outra vez a cara do movimento ao satirizar a ação do choque frente aos estudantes e trabalhadores. Com o objetivo de protestar contra as empresas que detém o oligopólio do transporte, a Frente foi seguida pela Polícia Militar pelo centro da capital até as dependências do Instituto Federal de Goiás. Lá, após assembleia geral, os manifestantes foram se dispersando e despistando a PM, salvaguardando a proteção de seus manifestantes.

O esperado dia 20 de junho colocou uma multidão nas ruas. Este foi o sexto ato coordenado pela Frente de Luta na cidade de Goiânia. Porém, como se tratava de um ato unificado nacionalmente, uma quantidade nunca antes vista de pessoas marcaram presença nas ruas centrais de Goiânia. Com a vastidão de pessoas que foram às ruas veio a vastidão de *bandeiras*, deixando em planos inferiores a questão do transporte e do aumento da tarifa que havia sido revogado. O **sexto ato** com uma tonalidade pacifista,



Figura 6 - VI Ato em Goiânia que reuniu cerca de 70 mil pessoas.

desvirtuando as ações que até então a Frente havia organizado, saiu do centro da capital percorrendo várias localidades da cidade com um tom muito mais de festividade do que de manifestação popular³. Porém, no decorrer do ato, um confronto em frente à Assembleia Legislativa demarcou mais uma vez a ação truculenta do Estado e de seus aparelhos armados: cerca de uma dezena de manifestantes foram presos e ainda continuam sofrendo processos e responderão por alguns crimes.

Uma semana após o ato que reuniu cerca de 70 mil pessoas, ocorreu o sétimo ato saindo da Praça Universitária rumo ao Ministério Público. Com uma tonalidade específica e classista (contra a criminalização dos movimentos sociais), essa manifestação percorreu as ruas do Setor Leste Universitário com um número reduzido de pessoas (comparando com as outras



Figura 7 - VII Ato com a pauta da Não Criminalização dos Movimentos Sociais caminhando rumo ao Ministério Público de Goiás.

ações) e conseguiu, após horas de pressões, uma reunião com representantes do Ministério Público exigindo a não criminalização dos movimentos sociais e dos indivíduos que foram presos nas manifestações anteriores.

Concomitante a esses atos na capital goianiense, outras manifestações ocorrem em centenas de cidades do Brasil. Por exemplo, na cidade de São Paulo alguns atos nas primeiras semanas de junho. O primeiro ato em São Paulo ocorreu na noite da quinta-feira, 6 de junho, com um protesto contra o aumento da tarifa de ônibus que bloqueou totalmente as avenidas Paulista, Nove de Julho, Treze de Maio e São Luís. No dia seguinte, os manifestantes percorreram avenidas na região do bairro de Pinheiros, a zona oeste de São Paulo; no terceiro ato no dia 8 do mesmo mês, a Avenida Paulista parou: a manifestação atravessou o centro de São Paulo e voltou para a Paulista. Esse foi o terceiro e maior protesto contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô do Brasil, reunindo mais de 100 mil pessoas. Em todos os atos, a presença da Polícia Militar e suas corporações internas foram

³ Como o espaço não é para discutir especificamente esse ato deixo como sugestão de leituras, os seguintes textos disponíveis em forma digital: *Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas* (<http://passapalavra.info/2013/06/79985>, acesso em julho de 2013) e *20 de junho: a Revolta dos Coxinhas* (<http://passapalavra.info/2013/06/79726>, acesso em julho de 2013).

canalizadoras de atos de violência contra os manifestantes, tal qual acontecido na capital do Estado de Goiás.

Alguns elementos são importantes de se ressaltar nesse texto e que ainda não foram contemplados. Além dos atos organizados, vêm se notando com recorrência atos com certa espontaneidade da população usuária do transporte coletivo em atos combativos como, por exemplo, no dia 18 de junho onde três ônibus foram depredados no terminal Padre Pelágio na capital de Goiás. Esses atos nada mais são do que uma resposta à altura da constância de violências que sofrem cotidianamente os usuários do transporte coletivo.

No dia seguinte, no setor Itatiaia, nas imediações da Universidade Federal de Goiás, um ônibus foi incendiado em ato de protesto. Além de Goiânia, outras cidades também participaram de atos autônomos espontâneos tais como Valparaíso (GO) – no dia 21 de junho cerca de 10 ônibus incendiados -; Contagem (MG) no dia 27 de junho; São Paulo, no dia 11 de junho no Itaim Paulista, zona leste da capital e no dia seguinte no bairro do Capão Redondo, no dia 28 de junho a população incendiou um ônibus. Alguns dias antes, no dia 20 de junho em Santos, dois ônibus incendiados e por fim, agora no início desse mês um ônibus foi incendiado na cidade de Aracajú. Além destes, na noite de 10 de julho, o *Bloco de Luta pelo Transporte Público* ocupou a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Organizações autogeridas nas ruas

Apesar de não haver lideranças nesses movimentos, jamais podemos dizer que eles são desorganizados. Organização não supõe burocracia e vice-versa. Nesse sentido, apresentaremos de forma curta abaixo algumas predileções desses movimentos acima citados (*Frente* e *MPL*).

A *Frente* contou no seu bojo de uma série de princípios, dentre os quais podemos destacar: a) autonomia política, organizativa e econômica, que assegurou suas próprias maneiras de se gerir e autogerir suas ações; b) apartidarismo, que ligada à noção anterior de autonomia complementou e deixou claro que suas teses devem vir diretamente das ações práticas e cotidianas, não deixando entrever interesses burocráticos de partidos em si; c) combatividade, atos de violência com sentido revolucionário como ataques tanto teóricos, quanto práticos ao Estado; d) autogestão interna, ou seja, a autorrepresentatividade, decisão coletiva, auto-organizações nas unidades de luta sob a forma da igualdade abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos; e) livre associação dos indivíduos tendo a liberdade de se desligar do coletivo assim que quiser entendendo que suas ações estão ligadas com as responsabilidades coletivas; f) ação direta baseada no

princípio pautado na horizontalidade e fim da intermediação de meios que não são combativos e autônomos; g) horizontalidade interna entre os membros, não cabendo superioridade entre nenhum de seus componentes; h) decisões coletivas baseadas em assembleias gerais como ato supremo de suas decisões, respeitando o direito de fala das posições minoritárias, i) revogabilidade e temporalidade a qualquer momento das comissões; j) solidariedade entre membros.

Próximo às concepções da *Frente*, o *MPL* também se pauta por uma maneira organizativa que rompe com os velhos paradigmas partidários e burocráticos de organização. Rompendo com as concepções de lideranças, os dois movimentos reconhecem que a política repressiva do estado necessita da criação de líderes para atuar com maior veemência. Por isso, a antiliderança além de ser um ato político e de concepção teórica é também um elemento de estratégia frente às ações do governo.

Para cumprir com seus objetivos frente à sociedade civil, o *MPL* (Movimento Passe Livre) é claro em sua forma organizativa:

Reforçamos que o *MPL* é um movimento horizontal e qualquer pessoa que se declara liderança do movimento para legitimar-se perante o Poder Público, não o faz em nome do movimento⁴

No texto “Princípios organizativos do Movimento Passe Livre Nacional”⁵ nota-se uma mudança, ou, melhor dizendo, uma ampliação da pauta de passe livre estudantil para o passe livre irrestrito ao longo dos seus anos de atuação (de 2003 até 2013). Além disso, reafirma-se as bases antiparlamentares, apartidárias, independentes e autônomas frente a entidades não-governamentais e estatais. Nesse âmbito também se afirma a articulação do movimento com a necessidade prática de visar um objetivo finalista, que é a transformação da sociedade. Vejamos:

O *MPL* deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.

O *MPL* deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, lutar contra a própria repressão e criminalização de que tem sido alvo.

⁴ Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/07/01/nota-publica-sobre-os-recentes-acontecimentos-em-sao-luis/>.

⁵ Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>.

Além dos princípios e objetivos do movimento, a clareza de sua forma organizacional nos permite afirmar que há um rompimento frontal com as organizações burocráticas. Dentre esses aspectos de ruptura, notemos a forma de organização federativa que preza pela organização horizontal que articula espaços de autonomia em nível federal e local.

Organização e constituição

O apoio mútuo deve ser a base que garante a existência do movimento em nível nacional.

O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.

As unidades locais devem seguir os princípios federais do movimento. Ressalta-se que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas.

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local.

Em outra nota pública, o próprio MPL reitera seus métodos organizativos ao avaliar o ato nacional do dia 20 de junho. Assim diz:

Nota nº. 11: sobre o ato dessa 5ª feira

O Movimento Passe Livre (MPL) foi às ruas contra o aumento da tarifa. A manifestação de hoje faz parte dessa luta: além da comemoração da vitória popular da revogação, reafirmamos que lutar não é crime e demonstramos apoio às mobilizações de outras cidades. Contudo, no ato de hoje presenciamos episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de diversos grupos. O MPL luta por um transporte verdadeiramente público, que sirva às necessidades da população e não ao lucro dos empresários. Assim, nos colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os de baixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima. Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto. O MPL é

um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos.

Toda força para quem luta por uma vida sem catracas.

Movimento Passe Livre – São Paulo⁶

Após apresentar essas concepções busquemos uma conclusão para o texto.

Considerações conclusivas

Como tentamos demonstrar, as lutas no Brasil insurgiram de movimentos pelo transporte e foram se ampliando a partir das demandas sociais, que são policlassistas. Essa adesão fundada na pluralidade difusa rompeu com os limites orgânicos desses grupos que coordenavam, até por que, não cabe a eles serem o sujeito revolucionário que derrubará essa sociedade e fundará outra. Tal ideia seria no mínimo ingenuidade de nossa parte. Esses movimentos foram no mais amplo pensamento que podemos ter uma expressão da luta de classes e posso dizer, estamos ainda bastante distantes de um processo revolucionário.

A entrada da classe trabalhadora com suas pautas no âmago das lutas poderá abrir um espaço para um projeto político efetivo de transformação social. Com isso, as bandeiras de projetos classistas e combativos devem se levantar no sentido de ampliar seus objetivos. Essa ampliação só pode se dar na unidade e na coerência de meios e fins. Alas burocráticas devem ser combatidas, pois elas reproduzem as relações sociais capitalistas. Por isso, é o momento de fortalecer estes movimentos autônomos e combativos que são organizados de formas autogeridas.

Para deixar com clareza a nossa diferença com a mídia burguesa, entendemos que a violência contra o capital é de determinada concepção teórica-política, ou seja, feita por aqueles que compreendem ser necessária a superação violenta das relações sociais vigentes para uma sociedade pós-capitalista, fundada em bases autogeridas.

⁶ Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/sobre-o-ato-de-5a-206-nota-publica/>.

Por fim resta dizer que as movimentações continuam em julho, apesar do descenso mobilizativo. No entanto, as lutas radicalizadas e libertárias destes meses no Brasil mostram a importância de suas presenças no jogo da história feitas pelas mãos e pés de movimentos minoritários e combativos que atuam para muito além dos partidos, sindicatos e, consecutivamente, do Estado visando a superação de todos eles.

A ESPONTANEIDADE DAS MANIFESTAÇÕES

Edmilson Marques*

O Brasil está sendo tomado no atual momento por um conjunto de manifestações espontâneas. O que será que vem provocando esse fenômeno que a cada dia está tomando proporções cada vez maiores (se manifestando em vários países e com quantidade crescente de pessoas) e mais radicais (do enfrentamento direto e declarado com o estado)?

Para tratar deste tema é preciso primeiramente discutir o que é espontaneidade. Esta é parte da natureza humana. Ela se expressa de diversas maneiras no cotidiano de nossas vidas. É a expressão do desejo humano em transformar o seu cotidiano para que este possibilite o atendimento de suas necessidades básicas, como comer, beber, se vestir, morar, se locomover sem dificuldades, criando, assim, uma realidade onde possa desenvolver naturalmente suas diversas potencialidades.

A atividade espontânea é atividade livre do eu e implica, psicologicamente, o que significa literalmente o radical latino do termo *sponte*: por sua própria vontade. Por atividade não temos em vista “fazer alguma coisa”, e sim a qualidade de atividade criadora que pode agir igualmente nas experiências emocionais, intelectuais e sensoriais da pessoa (FROMM, 1983, p. 205).

A liberdade, no entanto, é parte fundamental desse processo, pois, só pode haver espontaneidade se houver liberdade para se expressar e, desta forma, torna-se também, expressão de sua natureza. Assim, ser espontâneo é demonstrar através de ações práticas a potencialidade e capacidade criativa, atuando na transformação da realidade, criando e gerando o novo, porém, em liberdade.

A espontaneidade, no entanto, pode ser limitada em consequência de ações controladoras. Isso ocorre quando as relações sociais estabelecidas entre os seres humanos inibem e limitam ações individuais e coletivas, impedindo o desenvolvimento natural de suas diversas potencialidades, a exemplo do que ocorre nas escolas, em que uma criança não cria, mas reproduz o conhecimento criado por outro, através da imposição realizada pela burocracia escolar. Quando isso ocorre um novo sentimento é gerado, o descontentamento. O descontentamento é a demonstração de que alguma coisa existente na sociedade está limitando ou dificultando o atendimento das necessidades básicas dos seres humanos, incluindo aí a liberdade. O descontentamento, portanto, expressa o desejo de romper com

* Professor no curso de História e Economia da Universidade Estadual de Goiás, doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás, militante do Movimento Autogestionário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC.

estes limites e dificuldades, e agir com o objetivo de suprimi-los. Ao agir com este objetivo o indivíduo consegue novamente retomar a potencialidade criativa em suas mãos, perdida outrora, indispensável para superar esses limites que lhes são impostos.

No capitalismo, no entanto, a ação espontânea é parte do cotidiano de apenas alguns poucos indivíduos, dos capitalistas e de uma parcela de seus auxiliares, uma minoria, que têm em suas mãos a possibilidade de determinar como a sociedade deve ser organizada, e é nesse sentido que a burguesia conseguiu criar um mundo à sua imagem e semelhança. Um mundo inferior, um mundo vil, que gira em torno da produção, compra e venda de mercadorias, um mundo coisificado, onde o ser humano é transformado em uma coisa para atender aos interesses daqueles.

No entanto, mesmo sendo controlada e privilégio de uns poucos, a espontaneidade, por ser parte da natureza humana, tende a se expressar na ação daqueles que são explorados e oprimidos. Apesar de a espontaneidade ser um fenômeno relativamente raro em nossa cultura, não somos de todo destituídos dela (FROMM, 1983, p. 205). E é nesse sentido que atualmente o mundo, não só o Brasil, vem sendo tomado por manifestações espontâneas que aglomeram milhares de pessoas com o mesmo propósito, ou seja, o de suprimir determinadas questões sociais que lhes provocam o descontentamento. No Brasil, os meios de comunicação estão divulgando que essas manifestações se resumem à reivindicações relacionadas à passagem de ônibus, ao descaso do estado com a educação, saúde, segurança etc. O estopim em várias destas manifestações de fato tem uma relação com estas questões, porém, há algo mais profundo que é preciso ser revelado.

Ao analisar a história do capitalismo, vamos perceber que toda a sua história é marcada por manifestações espontâneas, hora com maior, hora com menor intensidade. Os motivos aparentes que fazem emergir a maioria destas manifestações que ocorreram e vem ocorrendo atualmente, no entanto, diferem em relação ao que reivindicam. Atualmente vemos estourar no Brasil, por exemplo, manifestações que reclamam da cobrança, e outros do preço, de passagens de ônibus, mas há também manifestações de trabalhadores rurais e outros setores da sociedade que clamam por melhores salários etc. A razão de ser destas diversas manifestações, no entanto, não se resume à reclamação de necessidades imediatas, embora seja essa a sua expressão aparente, mas, há algo mais profundo. Desta forma, a explicação para as manifestações espontâneas deve ser buscada na forma como a sociedade atual está organizada.

O capitalismo é uma sociedade dividida em classes sociais, e como tal, é organizada para atender aos interesses de uns poucos em detrimento da maioria. Alguns são privilegiados enquanto outros pagam pelo privilégio daqueles. É por isso que há indivíduos que podem ser portadores de meios de transportes individuais, havendo inclusive aqueles que nunca, se quer, entraram em um ônibus “coletivo”; é por isso também que há aqueles que pela exploração que exercem sobre os trabalhadores conseguem viver desfrutando das riquezas produzidas; outros recebem salários exorbitantes enquanto a maioria esmagadora recebe o mínimo para se manter vivo. Em síntese, o capitalismo foi organizado de acordo e para atender aos interesses da burguesia, e esta cede parte de seus privilégios à burocracia estatal para atuar na manutenção desta sociedade.

Podemos observar essa forma de ser do capitalismo nos locais de trabalho. O trabalho é o meio essencial que utilizamos para nos manter vivos. No entanto, foi convertido pela burguesia no meio para aumentar e reproduzir os seus privilégios. É por isso que a maior parte dos trabalhadores dedica sua vida ao trabalho, mas quem vive em melhores condições e vai se enriquecendo cada vez mais são os patrões, acompanhados de perto por aqueles que os auxiliam controlando e oprimindo os trabalhadores, a burocracia. Devido a isso é que os patrões não saem pelas ruas se manifestando, utilizando-se de *coquetel molotov*, em confronto direto com a polícia, nem reivindicando tarifas menores das passagens de ônibus ou reclamando por melhores salários e melhores condições de trabalho. Isto não ocorre pelo fato destas questões e esta sociedade não ser preocupação para eles e por ser eles a razão de ser desta situação.

Desta forma, o modo como se produz as riquezas existentes e a maneira como esta é distribuída, é a razão de ser das manifestações espontâneas. Uma vez que as riquezas produzidas são apropriadas por poucas pessoas, pelos capitalistas, isso cria uma sociedade em que a maioria é destituída destas riquezas e sofrem pelo não acesso a elas. Estando a maior parte da sociedade (as classes oprimidas e exploradas) destituída destas riquezas, logo, suas necessidades básicas se tornam um fardo, a liberdade inexistente, e a consequência é a instalação de um descontentamento generalizado. Assim se institui uma sociedade em que este descontentamento generalizado faz emergir as diversas manifestações espontâneas, que hora ou outra explodem como o fogo no cerrado, que busca queimar o velho e preparar o terreno para uma nova vida, onde a liberdade seja parte da vida cotidiana e a riqueza produzida, a realização humana.

As manifestações espontâneas expressam, desta maneira, o interesse da população oprimida e explorada de superar esta sociedade. Se o descontentamento inexistisse, não haveriam pessoas se mobilizando e gritando raivosamente por uma vida diferente desta. Assim, uma das questões que emerge com essas

manifestações atuais é que representam em si a crítica à burocracia, já que não são organizadas nem mesmo guiadas por integrantes de partidos políticos. É por isso que vemos os representantes do estado assustados com esse tipo de movimento, por não saberem com quem negociar, já que no limite de suas consciências, próprio dos integrantes de partidos políticos, só conseguem pensar uma determinada organização tendo à sua frente uma vanguarda, os representantes.

Quando a espontaneidade é expressa por manifestantes que buscam representarem a si mesmos, sem delegarem a outro a sua própria representatividade, isso gera uma confusão na cabeça dos burocratas, até mesmo dos intelectuais mais esclarecidos, o que leva o estado a justificar a repressão que exercem, expressando que os manifestantes são baderneiros, vândalos e um conjunto de outros adjetivos que utilizam para desqualificar a sua espontaneidade e fortalecer a falsa ideia da necessidade de representantes.

As manifestações espontâneas, no entanto, não são frutos de articulações de partidos políticos e se organizam no processo de desenvolvimento da luta empreendida. Nestas não há alguém determinando o que fazer nem para onde seguir. As manifestações espontâneas são integradas por pessoas que tomaram enfim, em suas mãos, o destino de sua própria vida; é a crítica prática a diversas questões consequentes da forma como esta sociedade está organizada.

É neste contexto que emerge a ideia de “pacificidade” que vem sendo aclamada e dirigida à população pelos meios oligopolistas de comunicação. Podemos perguntar: qual o motivo e interesse pela “pacificidade” das manifestações? Pacífico, segundo um dicionário famoso, significa: amigo da paz; tranquilo, pacato; aceito sem discussão ou oposição. Já ser espontâneo, significa: voluntário, que se desenvolve sem a intervenção de outro. A espontaneidade exige atuação, no sentido de deixar a inércia de lado para criar com suas próprias mãos o destino de sua própria vida sem a intervenção de outro; é participação, porém, perpassa pela oposição quando há limitações para seu desenvolvimento.

A emergência de uma manifestação espontânea é sinal que os indivíduos não estão mais suportando a situação em que estão vivendo. E nesse estado é impossível tratar com pacificidade aqueles que estabelecem a repressão e a opressão como pressuposto das relações sociais. Desta forma, essa concepção que defende a pacificidade caminha em sentido contrário à de espontaneidade. Assim, o que os meios oligopolistas de comunicação estão defendendo é o recuo e limitação das manifestações espontâneas, o seu controle.

A defesa da pacificidade não possibilita a criação do avanço da luta e se limita a reproduzir a mesma sociedade pautada na opressão e exploração de uma

minoria sobre a maioria. Com isso os meios oligopolistas de comunicação, ao invés de contribuir com o avanço das lutas espontâneas, no sentido de motivá-las a atingir a radicalidade ao ponto de colocar a ordem capitalista em xeque, o que fazem é se colocarem como limitadores da ação coletiva, o que demonstra estarem do lado da burguesia e também ao lado do estado.

A radicalização crescente das manifestações, no entanto, é uma resposta à intensificação da exploração capitalista. Com a intensificação da exploração, conseqüentemente, houve a necessidade de intensificar a repressão e o controle por parte do estado. Desta forma, de um lado o estado vem se utilizando da repressão cada vez mais brutal para manter a ordem estabelecida pelo capitalismo. Mas de outro, em resposta a essa repressão vem ocorrendo a emergência das manifestações espontâneas, que, sem as poderosas armas empunhadas pelo estado, respondem com uma força equivalente através da união coletiva. O sentimento comunitário é, desde sempre, a força principal, necessária para o progresso da revolução (PANNEKOEK, 2007, p. 159).

É claro que esse processo de luta contra o capitalismo não vai ocorrer de forma pacífica. O estado utilizará de todas as suas forças (armadas até os dentes) para defender esta sociedade, e as manifestações espontâneas têm mostrado que a transformação social só será possível através de uma atuação conjunta radicalizada. Assim, a exploração realizada nos locais de trabalho e o tratamento repressor que o estado oferece à população são os motores, agora, com uma intensidade ainda maior, em todos os cantos do mundo, de todas as manifestações espontâneas que vem estourando em todas as partes do globo terrestre.

A possibilidade da transformação social começará a se colocar, no entanto, quando as diversas manifestações espontâneas que emergem fora dos locais de trabalho eclodirem simultaneamente à luta espontânea do proletariado, momento em que se abre a possibilidade de ultrapassarem o campo das reivindicações imediatas e efetivar uma greve geral e de ocupação ativa. Os operários

Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terá que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente liberar os elementos da nova sociedade, que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio (MARX, 1986, p. 77).

Um dos limitadores daquelas manifestações é que se restringem, por exemplo, a reivindicar melhores salários, tarifas menores das passagens de ônibus, melhores condições de trabalho, etc. Pautar a luta pela reivindicação só adia o processo que levará à transformação social. Tanto é que quando essas passam e os

manifestantes conseguem dos capitalistas o consentimento de suas reivindicações, voltamos a receber salários e ser controlados e explorados nos locais de trabalho, continuamos pagando passagens de ônibus e continuamos trabalhando para o patrão sob a supervisão do burocrata. Ou seja, o capitalismo continua existindo, assim como as relações de opressão e exploração.

As manifestações espontâneas que ocorrem fora dos locais de trabalho, no entanto, estão se tornando cada vez mais radicais e podem abrir brechas no capitalismo para dar início a um processo revolucionário. Isso pode ocorrer quando a luta espontânea dos operários se instalar simultaneamente a aquelas. Karl Jensen já havia esboçado os três estágios da luta operária quando abordou a luta operária e os limites do “autonomismo”, onde demonstra que o terceiro estágio é o da luta verdadeiramente revolucionária. Para ele as lutas operárias espontâneas têm o significado de recusar praticamente o capital. Essa luta, no entanto, não assume ainda uma ação coletiva e consciente, ou seja, uma consciência revolucionária. O segundo estágio da luta operária

É o das lutas autônomas. Aqui o discurso nasce, ainda fragmentado, ainda incompleto, ainda incipiente, tal como as lutas travadas. Aqui a ação torna-se coletiva: as reuniões, os panfletos, a greve, o piquete, entre outras formas. Aqui se recusa o capital mas não só ele, como um produto derivado dele: a burocracia (JENSEN, 2001, p. 25).

Jensen observa que quando atinge o estágio das lutas autônomas é o momento em que a luta operária atinge um caráter radical, marcando o nascimento de uma ação revolucionária, porém, sem consciência revolucionária. É no terceiro estágio da luta que a classe operária desenvolve, enfim, a consciência revolucionária.

Aqui se revela uma luta que garante a recusa do capital e da burocracia e a afirmação da autogestão. O proletariado não só recusa o domínio do capital e da burocracia, mas também assume a direção revolucionária da fábrica e da sociedade. Aqui não só se realiza uma ação revolucionária como também se manifesta uma consciência revolucionária (Idem).

Jensen contribui para evidenciar a necessidade de desenvolver as lutas espontâneas ao ponto de atingir o terceiro estágio. E aqui, o espontaneísmo das manifestações se apresenta como um potencial transformador, porém, pode ficar nos limites da sociedade capitalista se não avançar para um estágio posterior, por isso é preciso desenvolvê-la no sentido de constituir lutas autogestionárias. Há, portanto, de um lado, a espontaneidade das manifestações que expressa uma crítica a determinado setor do capitalismo e paralelo a essa a espontaneidade da luta operária que já ocorre no cotidiano da sociedade capitalista e que representa de fato a recusa do capital. A transformação social começará a se figurar como uma

possibilidade efetiva, no entanto, quando ambas atingirem um terceiro estágio da luta.

Desta forma a sociedade será tomada pela luta declarada e aberta das classes exploradas e oprimidas, momento em que juntam suas forças contra seus opressores e exploradores. É neste momento que se coloca a possibilidade da passagem das lutas autônomas dos operários para as lutas autogestionárias.

Quando as lutas autônomas são substituídas pelas lutas autogestionárias, o conflito se torna mais grave, a guerra civil oculta se transforma visivelmente em guerra civil aberta e ambos os lados radicalizam suas ações e a vitória da classe capitalista ou da burocracia significa a contra-revolução, enquanto que a vitória da classe operária significa a instauração da autogestão social (VIANA, 2008, p. 29).

As diversas manifestações espontâneas que vem surgindo em todo mundo, portanto, é o sinal de que uma nova era, o começo de uma nova história a ser escrita pelas mãos das classes oprimidas e exploradas, que erguerão uma sociedade que será gerida por eles próprios, está prestes a começar. Isso só se tornará realidade quando as lutas espontâneas atingirem o estágio de uma consciência revolucionária, momento em que cria suas próprias organizações, determinada por seus próprios interesses, que lhe possibilite que a luta contra o capital aponte para sua abolição. Nesse estágio tem clareza de que a extinção da miséria, da fome, da pobreza, das classes oprimidas e exploradas, em síntese, do descontentamento histórico que perdura até a atualidade, só pode se tornar uma realidade com o fim daquele que o produz, ou seja, com o fim do capitalismo e seu representante direto, o estado. Esse fim, no entanto, só poderá ser obra, daqueles que são oprimidos e explorados nesta sociedade. As manifestações espontâneas estão, tão somente, anunciando que este fim se aproxima.

Referências

- FROMM, Erich. *O Medo à Liberdade*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.
- JENSEN, Karl. *A Luta Operária e os Limites do “Autonomismo”*. In: Revista Ruptura. Publicação do Movimento Autogestionário. Ano 8, Número 7, agosto de 2001.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Barba Ruiva, 2007.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

MANIFESTAÇÕES POPULARES E LUTAS DE CLASSES

*Nildo Viana**

As recentes manifestações populares ganharam um grande espaço nos meios oligopolistas de comunicação, nas conversas cotidianas e em diversos outros locais. Suscitaram diferentes interpretações e análises, como todos os movimentos e mobilizações geralmente fazem. A tarefa de analisar tais manifestações é importante para a sua própria continuidade e reformulação e é feita pelos seus integrantes mais ativos, mas também pelos menos ativos e até por seus adversários e que estão alheios e longe dos acontecimentos. O nosso objetivo é analisar o significado de tais manifestações para a sociedade atual e suas possíveis consequências no processo de luta de classes a partir de agora.

Um primeiro ponto é recordar a historicidade de tais manifestações. Elas emergem como resultado do desenvolvimento capitalista, no qual o regime de acumulação integral (caracterizado pelo neoliberalismo, toyotismo e neoimperialismo) vem se desgastando e encontrando dificuldades crescentes de reprodução. Em outro lugar já desenvolvemos uma análise desse processo e não o repetiremos aqui (VIANA, 2013). O novo regime de acumulação traz em si o processo de intensificação geral da exploração, tal como alguns pesquisadores colocaram (VIANA, 2009; BOURDIEU, 1998; VIANA, 2003). Apesar disso, as ideologias dominantes (neoliberal, pós-estruturalista, etc.) conseguiram produzir um recuo do pensamento crítico-revolucionário que somente a partir dos anos 2000 começou a reemergir com mais força, mas muitas vezes mesclado e domesticado por essas mesmas ideologias. De qualquer forma, o ressurgimento do anarquismo, o avanço de um marxismo antes desconhecido e externo aos partidos políticos (Debord e o situacionismo, comunismo de conselhos, etc.) fez emergir uma cultura contestadora, embora marginal. As lutas sociais também avançaram após a era de conservadorismo e estabilidade fundada na repressão e hegemonia burguesa fortemente estruturada.

No caso brasileiro, as políticas neoliberais foram se consolidando e ganhou a face neopopulista do Partido dos Trabalhadores no governo (primeiro Lula e depois Dilma). A insatisfação se manifestava através de alguns poucos intelectuais críticos, alguns indivíduos militantes, grupos anarquistas, autonomistas e autogestionários, e de forma subterrânea por vários setores da sociedade. Na maioria dos casos, a insatisfação existia, mas não se manifestava. A política

* Professor da Universidade Federal de Goiás/UFG. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/UnB. Militante do Movimento Autogestionário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC.

institucional (democracia burguesa) foi perdendo cada vez mais legitimidade. O aumento do voto nulo (VIANA, 2010), bem como os votos em branco e abstenções, foi crescendo paulatinamente. O silenciamento da oposição com a vitória do PT – Partido dos Trabalhadores, a grande oposição institucional (ou seja, dentro das regras do jogo) e que movia ilusões, reforçou esse processo. Os seus aparatos (CUT – Central Única dos Trabalhadores; MST – Movimento dos Sem-Terra; sem falar nos sindicatos, movimentos sociais, etc. e sem falar noutros aparatos dominados por seus partidos aliados, como o PCdoB – Partido Comunista do Brasil, especialmente a UNE – União Nacional dos Estudantes) foram domesticados e a oposição de direita nada apontava de novo e alternativo e a suposta “esquerda” além de ultrapassada e fora da realidade, não tinha nenhuma grande força mobilizadora e não servia para inspiração popular, além de não se diferenciar tanto do partido governista. O governo Dilma nasceu ilegítimo, pois foi uma minoria da população que lhe apoiou eleitoralmente (VIANA, 2010). As pesquisas de opinião pública lhe davam uma popularidade falsa e que as manifestações serviram para demonstrar e agora as mesmas pesquisas começam a mostrar a realidade ao invés da farsa.

É nesse contexto de perda de legitimidade da democracia representativa-burguesa e num contexto de diminuição do crescimento econômico, um dos elementos mais propagandeados do governo federal, bem como corrosão do poder aquisitivo dos salários com o aumento da inflação, entre outros aspectos, formam uma situação de descontentamento de amplas parcelas da população. Um dos elementos de insatisfação era o transporte coletivo que, em todo o país, é de má qualidade e tarifas relativamente elevadas. Segundo alguns cálculos, o gasto com tarifas de transporte significava em torno de 27% do salário mínimo.

É neste contexto que emerge as manifestações e protestos por todo o país. Num primeiro momento, pela composição social e reivindicações, tratava-se de manifestações estudantis (universitários e secundaristas), que expressam um dos setores mais avançados politicamente da sociedade brasileira. Através de algumas formas de auto-organização, diversos grupos estudantis, especialmente o MPL – Movimento Passe Livre, faziam reivindicações para os estudantes (o passe livre) e para o restante da população (não aumento do preço da passagem). A ação estatal foi recusar atender a reivindicação e usar a violência estatal contra os manifestantes. O caso do dia 28 de maio em Goiânia, na sequência de outras realizadas, tal como em Porto Alegre, foi aquele no qual a truculência e política de terror de Estado apareceu de forma mais cristalina e geraram protestos e apoio popular, o que foi reforçado por outras manifestações e pelas notícias na grande imprensa e até no exterior. O governo mantinha sua posição de “política de endurecimento”, recusando negociar e afirmando que não voltaria atrás, tal como no caso exemplar de São Paulo, quando o prefeito Fernando Haddad disse que não

recuaria. A grande imprensa condenava os protestos e manteve essa posição por algum tempo.

Foi nesse contexto que as manifestações estudantis geraram manifestações populares espontâneas. Ao lado das reivindicações estudantis, diversos outros setores da população passaram a se manifestar e apresentar diversas outras reivindicações. A população nas ruas atingiu grandes proporções e num primeiro momento a grande imprensa condenou e o governo silenciou e, num segundo momento, passaram a aceitar os protestos, mas querendo lhe dar um caráter “pacífico” e de “união nacional”, o que influenciou diversos setores da população, mas não a totalidade. As manifestações estudantis continuaram ocorrendo, às vezes junto com as manifestações populares, às vezes de forma isolada. As manifestações populares explodiram por todo o país, inclusive em pequenas cidades do interior.

Mais recentemente, outros setores da sociedade passaram a se inserir trazendo novas reivindicações, como estrutura urbana, preço de passagens e alguns passaram a defender aumentos salariais, redução da jornada de trabalho, greve geral, entre outras reivindicações tipicamente de trabalhadores. Por outro, os velhos e desgastados partidos de “esquerda” tentaram se aproximar da população, apesar de sua evidente recusa. A imprensa manteve o jogo de apoiar, mas agora contestando os setores mais radicais, acusados de “vandalismo”. O governo federal (bem como parte dos demais) muda sua estratégia e passa a reconhecer a legitimidade dos protestos, mas, tal como a grande imprensa, fazendo questão de distinguir “manifestantes pacíficos” e “vândalos” e posteriormente passa a querer acalmar os ânimos através de promessas e atendimento parcial e moderado de parte das reivindicações. O não aumento dos preços das passagens, a não aprovação da PEC 37, as propostas evasivas de plebiscito e referendo, a transformação da corrupção em crime hediondo e a prisão decretada de um deputado escolhido como “bode expiatório” são alguns dos exemplos dessa nova política.

A luta de classes no Brasil atual

Esse processo todo revela um processo de luta de classes que vem se radicalizando na sociedade brasileira. As manifestações estudantis, o primeiro momento dessa luta, era um processo de reivindicação principalmente de estudantes (de diversas classes sociais) que entrava em confronto com o Estado capitalista, pois a reivindicação básica era a questão do passe livre e questão do preço das passagens, e elementos derivados. O alvo foi a burocracia estatal, pois esta é a responsável pela regulamentação do transporte coletivo e, portanto, a classe capitalista foi atingida apenas indiretamente. Porém, seus interesses estavam

em jogo, pois o seu objetivo era aumentar seu lucro com o aumento do preço das passagens, e a luta estudantil era contra tal aumento e ainda outros elementos que também atingiam suas margens de lucro. A burocracia estatal, como sempre, saiu em defesa do capital, e reprimiu violentamente através dos seus aparatos repressivos, os estudantes. Isso abriu uma brecha que deu visibilidade maior para essa luta e a inclusão de outros setores nas manifestações.

As manifestações populares possibilitaram uma ampliação da base social, que era predominantemente estudantil, englobando setores das classes auxiliares da burguesia (burocracia, intelectualidade), trabalhadores (proletários, subalternos, etc.). A composição social dos manifestantes não é homogênea como muitos discursos colocam. Embora se possa dizer que as classes privilegiadas, com exceção da burguesia e da grande burocracia, tenham um grande contingente, muitos trabalhadores e outros setores também estavam presentes. O discurso de que se trata de movimento de “classe média”, termo não marxista e abstrato-metafísico, é equivocado por criar uma homogeneidade onde ela não existe. A suposta “classe média”, definida de forma abstrato-metafísica por nível de renda, é composta, na verdade, por diversas classes sociais, com modos de vida, posição na divisão social do trabalho, interesses, distintos⁷. Da mesma forma, o uso de expressões abstratas e problemáticas como “povo” e “massa” exerce a mesma função de homogeneizar o que é heterogêneo.

O termo “população”, também é abstrato, e o próprio Marx usa tal expressão para discutir o método dialético, colocando que para entender esse termo é preciso reconhecer a sociedade como um todo, a divisão de classes, etc. (MARX, 1983). Como não há apenas uma classe e não há homogeneidade, o termo população, desde que entendido seu caráter heterogêneo e policlassista, é uma alternativa para não cair em termos pejorativos e uniformizantes como “povo” e “massa”, ou, ainda, “classe média”.

A compreensão de quem são os manifestantes, no entanto, deve ir além e entender que o que se tem é um conjunto de indivíduos atomizados, diversas classes enquanto classes determinadas (e não autodeterminadas, ou seja, não expressam claramente os seus interesses e não agem como classe na maioria dos casos), correntes de opinião, e há alguns casos de menor força quantitativa de

⁷ Esse é o caso da intelectualidade, classe auxiliar da burguesia, que presta admiravelmente bem os seus serviços ao capital e governo brasileiro. Basta ver as entrevistas na grande imprensa para se notar. Não se trata apenas dos “lacaio da pena”, os “sicofantas”, para parafrasear Marx em sua crítica aos economistas vulgares, tal como é o caso de Marilena Chauí, mas inclusive outros que estão em partidos que se dizem mais à esquerda e até “revolucionário” e mostram sua preocupação com a “ordem” e “progresso” e a democracia burguesa, condenando, junto com seus aliados, os setores mais radicais da sociedade.

unificação por questões de raça, sexo, posição político-partidária, etc. Esse grande contingente fez proliferar um conjunto de reivindicações, sendo que algumas se destacaram. A questão da corrupção, da saúde, educação, foram as que mais apareceram, embora sem propostas concretas de resolução, a não ser em pequenos casos pontuais (como a recusa da PEC 37).

O capital comunicacional, principalmente a partir da grande imprensa, se aproveitou disso e, junto com o governo, buscou dividir entre “pacíficos” e “vândalos” e reforçar uma tendência de ressaltar a unidade nacional, destacando nos noticiários a posição contra a violência, as bandeiras do Brasil, hino nacional, etc. No bojo das manifestações, setores mais reacionários e pequenos grupos fascistas emergiram. Os partidos ditos de “esquerda” tentaram se integrar na onda de protestos, mas foram rechaçados pela maior parte dos manifestantes.

Nesse contexto, a compreensão do caráter das manifestações deve ser realizada não apenas com base na composição social, mesmo porque é heterogênea, e sim através da percepção de quais são as principais tendências, ou seja, de quem detém a hegemonia. Se lembrarmos de manifestações mais antigas, como a do “fora Collor”, é perceptível uma forte hegemonia da classe dominante e suas classes auxiliares, tanto por quem impulsionou as mesmas, quanto pelas propostas apresentadas. No caso atual, há uma hegemonia da classe dominante e de suas classes auxiliares, mas que não é tão sólida e nem é em todos os aspectos.

Um dos aspectos em que se nota a inexistência de uma hegemonia burguesa é na questão da política institucional, na qual a recusa dos partidos políticos, a contestação da corrupção, que expressam uma perda de legitimidade do Estado capitalista. É por isso que o medo ronda a burguesia e suas classes auxiliares. Por outro lado, há uma hegemonia não só percebida com as cores que as pessoas usam para se manifestar, que é predominantemente “verde e amarelo”, mas também que a contestação da corrupção é variada, sendo utilizada por determinados partidos e indivíduos para suas disputas partidárias, enquanto que um setor menor aponta a questão do caráter inerente da corrupção no Brasil e ainda outros que não sustentam ilusões com a democracia partidária, mas não possuem propostas concretas e acabam aceitando a solução legalista e ilusória no interior da própria institucionalidade burguesa.

No fundo, o Governo Dilma e o capital comunicacional tenta por todos os modos criar uma opinião pública desfavorável aos elementos mais radicais presentes nas manifestações. Esses núcleos mais radicais são justamente um dos principais responsáveis pelo começo dos protestos, quando eram predominantemente estudantis, e que são reforçados por punks, anarquistas, autogestionários, autonomistas, determinados indivíduos e movimentos sociais

mais politizados e contestadores, e que acabam aglutinando alguns outros setores menos organizados, como é o caso de jovens e alguns trabalhadores. A divisão entre “pacíficos” e “vândalos” é a divisão entre os controlados e controláveis, por um lado, e os “incontroláveis” e não controlados, por outro.

O grande medo da burguesia é que esses últimos acabem influenciando os demais e passem a ter hegemonia sobre essa grande contingente. Os setores mais contestadores são aparentemente pequenos. Contudo, tal como um jornal pouco confiável colocou, podem chegar a 5% dos manifestantes. Oras, 5% de 60 mil, como no caso de 20 de junho em Goiânia, ou de 300 mil no Rio de Janeiro, significa 3 e 15 mil pessoas, respectivamente, o que é um contingente considerável e que mostra uma força política enorme. Isso é ainda mais importante se recordarmos que estes setores contestadores tem maior formação política e cultural do que a maioria dos integrantes do grande contingente das manifestações e, portanto, podem disputar a hegemonia e caso consigam se orientar e traçar planos de ação, propaganda e outras formas de luta, poderão duplicar ou triplicar com relativa facilidade e assim aumentar seu peso e, se um contingente grande de pessoas das classes exploradas aderirem às manifestações, o “controle brando” das manifestações pode cair por terra e o risco para o capitalismo se torna enorme. Por isso surge a campanha de governo e grande imprensa contra os “vândalos” e o recuo do primeiro com tentativas de conter as manifestações com promessas, paliativos e pequenas concessões. Esse setor da população também é mais ativo e combativo e por isso tem mais presença nas manifestações. Tendo em vista a grande insatisfação popular, há um risco real destes setores conseguirem aglutinar grande parte da população e por isso o medo da classe dominante é justificado. Contudo, é a luta de classes que determinará o encerramento desse processo. A burocracia sindical e partidária está atrelada, no caso brasileiro, com o governo federal e por isso não oferece resistência e nem alternativa. Os setores mais radicais da burocracia partidária e sindical, dos pequenos partidos de esquerda e pequenos sindicatos, compostos por uma burocracia que se encontra abaixo na hierarquia social da classe burocrática, acabam querendo canalizar as lutas para a democracia burguesa para ganhar espaços eleitorais e políticos, reforçando a tendência conservadora e burguesa, e os intelectuais atrelados a essas frações da burocracia reproduzem o seu discurso. No entanto, a recusa dos partidos pela população e sua impopularidade e falta de capacidade mobilizadora e proximidade com trabalhadores e juventude os fazem ser apenas apêndices da burguesia brasileira.

Luta de Classes, Possibilidades e Tendências

No contexto atual das lutas de classes, há um processo ainda nebuloso e que o resultado ainda está por ser decidido. Existem várias possibilidades de desdobramentos, tanto imediatos quanto em longo prazo. Uma das possibilidades é

o refluxo das manifestações e volta à estabilidade, por algum tempo, pois a força demonstrada nas ruas e o conjunto das insatisfações, inclusive com a nova ofensiva da classe dominante e governo após a estabilização devido suas necessidades, é algo que não deixará de existir e por isso novas ondas de protestos tendem a ressurgir, bem como novas formas de luta e organização tendem a se desenvolver, o que significa que a luta de classes no Brasil, pois mais que o resultado seja o pior possível, estará num grau mais avançado a partir de agora. A ação dos meios oligopolistas de comunicação, um setor do capital, e mais influente junto à população, e do Governo Dilma (juntamente com os demais governos) é unir repressão localizada aos grupos mais radicais e politizados com promessas e concessões provisórias, o que tende a desmotivar a continuidade das manifestações por alguns setores da população.

Em curto prazo isso pode surtir efeito. E a retomada da estabilidade e a tentativa de canalizar a insatisfação para os meios institucionais (partidos, democracia burguesa, etc.), no entanto, não apagará da memória da população o movimento recente e nem destruirá os setores mais radicais da população. Além disso, o problema dos obstáculos da acumulação capitalista e do desaceleramento do crescimento econômico e retorno da inflação e outros problemas, tendem a fazer com que o Governo Federal e os demais acabem revendo suas concessões, pois necessita conter os gastos estatais e apoiar o capital na busca de aumento da exploração dos trabalhadores. Por conseguinte, essas concessões não durarão muito tempo e muitas promessas não serão cumpridas, além do fato de que a participação popular, canalizada para os meios institucionais ou sob outras formas, também será rechaçada tão logo o governo sinta que a mobilização da população recuou.

Outra possibilidade é a continuidade das manifestações e seus possíveis resultados. Caso as manifestações continuem, mas não consigam avançar no sentido de colocar reivindicações que manifestem diretamente os interesses das classes exploradas, ela possibilitará uma crise institucional que geraria o foco em reforma política e o surgimento de um novo “salvador da pátria”, numa guinada à direita, mesmo que isso seja apoiado pelos partidos da suposta “esquerda”, tal como já se vê em discursos de alguns intelectuais de tais organizações. A possibilidade da burocracia partidária e sindical ter um papel proeminente está descartada, pois os partidos da suposta “esquerda” são apenas restos insignificantes que se comprometem e afastam da população cada vez mais, principalmente dos setores mais politizados e da juventude, devido, nesse caso, às suas práticas, concepções e reprodução da sociabilidade capitalista (corrupção, competição por cargos, burocratismo, etc.). Essa é uma possibilidade de uma alternativa institucional, seja de direita ou de “esquerda” é remota, tendo em vista

que a recusa dos partidos é generalizada e que a desilusão com a democracia representativa também, além da força dos setores mais radicais e dos problemas que geraram as manifestações e a não solução dos mesmos, seja qual for a força política que tente canalizar esse processo de luta.

Uma terceira possibilidade, ainda dentro do contexto de que haverá continuidade das manifestações, é a revolução social. A revolução proletária é sempre uma possibilidade dentro da sociedade capitalista. Contudo, é preciso distinguir entre possibilidade existente e possibilidade tendencial. Podemos dizer que “Uma possibilidade existente é aquela que existe, isto é, é algo possível, mas sua probabilidade depende da concretização de outras possibilidades” (VIANA, 2005). Antes das manifestações já existia a possibilidade de uma revolução proletária no Brasil. Assim como grande parte das tentativas de revolução proletária na história da sociedade moderna não foi previstas e surpreenderam, pois é um processo subterrâneo e latente, ela sempre pode emergir sem ninguém prever. No atual caso brasileiro, ela deixa de ser uma possibilidade existente para ser uma possibilidade tendencial. Podemos dizer que “uma possibilidade tendencial é aquela que não só existe, mas existem forças e elementos que apontam para sua efetivação, tendo uma probabilidade maior de se efetivar, pois o curso dos acontecimentos aponta para sua realização” (VIANA, 2005). Antes das manifestações não havia forças e elementos que apontavam para sua concretização, agora existem e se manifestam, reforçando sua possibilidade, tornando-a uma tendência.

Se essa tendência irá se concretizar, isso irá depender das lutas de classes e nesse processo as forças políticas anticapitalistas, especialmente anarquistas, autogestionários e grupos e indivíduos com posições semelhantes, tem um papel importante, no sentido de reforçar e buscar atrair o proletariado e outros setores da população para a ação direta e enfrentamento com o capital e o Estado. Obviamente que outras ações de outros setores poderão, involuntariamente, contribuir com esse processo. Da mesma forma, por sua própria dinâmica e percepção dos protestos, o proletariado e outros setores das classes desprivilegiadas podem entrar na luta. Isso não só mudaria a composição social aumentando o número de trabalhadores participantes como aumentaria a possibilidade de reivindicações voltadas para as necessidades deles e o desencadeamento de outras formas de luta e organização, tal como greves e conselhos. Isso, sem dúvida, não significa que ocorrerá imediatamente, mesmo porque, mesmo se as reivindicações forem salariais e outras de interesse dos trabalhadores, ainda haveria um período de confronto e correlação de forças que poderia se prolongar por algum tempo e ao esgotar sua estratégia repressiva os governos poderiam recuar e tentar diminuir o ímpeto questionador com promessas

e pequenas melhorias. O processo, no entanto, ganharia um caráter de classe, pois seria um confronto não apenas com o governo, mas também com a classe capitalista, já que mexe com o lucro, expressando interesses antagônicos.

Em síntese, existem três possibilidades de desdobramento das atuais lutas de classes no Brasil. A primeira e a terceira são as mais prováveis e fortes, sendo que a segunda é mais remota, bem como mais distante ainda é uma variante dela anunciada por conservadores visando evitar uma maior radicalização, que seria o retorno de um regime ditatorial, abstraindo todas as mudanças históricas e atual correlação de forças. No fundo, a possibilidade do retorno à estabilidade ou de radicalização são as mais fortes e a luta está girando em torno disso.

Para reforçar a tendência de radicalização, o que fortalece a possibilidade de uma revolução proletária, é preciso um conjunto de ações, propaganda, lutas, no sentido de incentivar a auto-organização dos trabalhadores e da população em geral e também para que as reivindicações deixem de ser generalistas e moralistas, passando a tratar de questões reais da vida dos trabalhadores no Brasil. A correlação de forças entre população e governo alterou e por isso as demandas dos trabalhadores, podem e devem ser colocadas neste momento. Contudo, isso dependerá de vários aspectos e cabe às forças anticapitalistas passarem do imediatismo e ativismo para lutas mais refletidas e partindo de uma estratégia revolucionária que saiba articular questões imediatas e em longo prazo, reivindicações concretas e que podem ser atendidas com outras mais difíceis de serem aceitas e articuladas com um projeto de uma nova sociedade, fundada na autogestão social. Nesse caso, a juventude tem também um papel importante nesse processo e deve articular suas próprias demandas e necessidades com a dos trabalhadores. As reivindicações imediatas e concretas podem girar em torno da questão salarial, da redução do tempo para aposentadoria (que foi aumentada no bojo das reformas neoliberais), contra a precarização do trabalho, contra o desemprego e a favor da redução da jornada de trabalho.

Ao lado disso, uma ofensiva contra as políticas neoliberais é algo necessário. É o caso da educação, onde é possível articular melhor os interesses da juventude e dos trabalhadores, tal como retomando as exigências realizadas nas últimas greves de professores (nos municípios, estados da federação e nível federal, tal como nas universidades), com apoio de estudantes e técnicos, e que não foram atendidas. Inclusive esse é um ponto fundamental, pois algumas universidades estaduais estão em greve. Da mesma forma, a questão da saúde e sua precarização devem ser incluídas. Por fim, a questão da corrupção deve ser abordada, tanto no sentido de demonstrar que se trata de algo inerente ao capitalismo e que não é o caso de trocar de corruptos e sim questionar o sistema partidário e democracia

burguesa representativa e apontar para necessidade de auto-organização da população, fiscalização e poder de pressão e ação sobre o Estado e governos.

Ao lado disso, é necessário buscar novas formas de luta e organização, e o apelo para o desencadeamento de um amplo movimento grevista, que naturalmente geram os comitês de greve, forma de auto-organização dos trabalhadores nestes momentos, bem como articulação e criação de organizações nos locais de moradia, estudo e trabalho. Essas formas de luta e auto-organização podem reforçar e ser reforçada pelas manifestações populares e estudantis.

Essas reivindicações e ações, bem como com formas de luta e organização, reforçam a tendência revolucionária. É o caminho a ser seguido. Mas antes de encerrar, é necessário alertar que as manifestações não podem ser o elemento fundamental e principal das lutas de classes. Elas devem ser entendidas como meios, um entre outros, para avançar na auto-organização do proletariado e outros setores da população, mas que em si não promovem nenhuma transformação social se não atingir o processo de produção, ou seja, as unidades de produção, as relações de produção capitalistas e ficam sem rumo se não colocar a questão da transformação social total que pressupõe abolição do capital e do Estado. As manifestações, assim como tais reivindicações, são apenas meio para se fortalecer as lutas, auto-organização, consciência revolucionária, e tornar a tendência para a concretização de uma revolução social mais próxima. A sua derrota, caso ocorra, será parcial, pois mesmo que fique no atual estágio, já colocou as lutas de classes no Brasil num patamar superior e se qualquer avanço agora apenas contribui para ir mais longe nesse processo e caso surja a possibilidade ou tentativa de revolução proletária na atualidade, é um passo gigantesco para sua concretização, mesmo sendo derrotada. Como já dizia Marx:

As revoluções proletárias, como as do século XIX, criticam-se constantemente a si próprias, interrompem-se constantemente na sua própria marcha, voltam ao que parecia terminado, para começar de novo, troçam profunda e cruelmente das suas hesitações dos lados fracos e da mesquinhez das suas primeiras tentativas, parece que apenas derrubam o seu adversário para que este tire terra de novas forças e volte a levantar-se mais gigantesco frente a elas, retrocedem constantemente perante a indeterminada enormidade dos seus próprios fins (MARX, 1986).

Por conseguinte, essas lutas podem gerar um mundo novo, a emancipação humana. Se não se concretizarem, abrem novas possibilidades e anunciam que o futuro virá e cada vez mais a humanidade fica mais próxima de romper com seus grilhões e conquistar a liberdade e emancipação total, construindo uma sociedade radicalmente diferente.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos. Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIANA, Nildo. Adorno: Educação e Emancipação. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília-DF, v. 02, n.04, 2005.

VIANA, Nildo. A Minoria Elege Dilma Roussef e a Ilegitimidade Continua. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2010/11/minoria-elege-dilma-roussef-e.html> Acessado em 01 de novembro de 2010.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. Da ocupação das ruas à ocupação da vida: uma análise das manifestações populares no Brasil atual. In: *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, Vol.3, n 1, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.cadernoterritorial.com/news/da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-das-ruas-%C3%A0-ocupa%C3%A7%C3%A3o-da-vida%3A-uma-analise-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es-populares-no-brasil-atual-nildo-viana/>

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

PARA ALÉM DOS PROTESTOS

Lucas Maia*

Este texto objetiva colocar em cheque, do ponto de vista de uma análise teórica, embora ainda estejamos no calor do processo, o conjunto de protestos que vem estourando em quase todas as capitais brasileiras, bem como em várias cidades do interior dos estados. Não objetivamos aqui, em hipótese alguma, fazer uma *démarche* histórica do Movimento, esta ainda terá de ser feita, até por que ainda não cessou. Esta nossa pequena excursão sobre o tema constitui-se, de fato, em considerações teóricas sobre os protestos, mas sobretudo, uma leitura das consequências e da trajetória e rumos políticos do Movimento.

Da legitimidade dos protestos

Quando intitulo o texto “Para além dos protestos”, em hipótese alguma me coloco no campo daqueles que se posicionam contrários. Não, nosso ponto de partida é completamente outro. Assim, urge necessário lembrar a legitimidade de tais protestos. Tais protestos e o Movimento que isto vem criando na sociedade brasileira não só é legítimo, como é necessário. As classes dominantes no Brasil se desacostumaram com o poder que a população nas ruas tem a capacidade de exercer.

Como é sabido, nas últimas décadas, o que se vê no Brasil é tão-somente a manifestação de determinados setores da sociedade: Sem-Terras, Sem-Tetos, trabalhadores estatais (“servidores públicos”) etc. Dificilmente estes agem em conjunto, fazendo atos simultâneos. Geralmente, quando um setor se radicaliza um pouco mais, os demais estão desmobilizados, quando se mobilizam ao mesmo tempo, não agem conjuntamente etc. Esta é uma realidade que as lutas sociais vem enfrentando no Brasil há muito tempo. As classes dominantes tupiniquins se habituaram a isto.

A burguesia não sabe mais o que é enfrentar greves massivas e gerais na sociedade brasileira. O que se observa, analisando-se a dinâmica dos processos produtivos no Brasil, é a insurgência de greves locais, geralmente restritas a uma ou duas empresas, geralmente não se chega à escala municipal, que dirá estadual, regional, nacional. Estas greves locais, às vezes explodem espontaneamente, passando, não raras vezes, por cima das organizações sindicais, mas se extinguem à medida que meras concessões são feitas etc. Os sindicatos não conseguem mais dar

* Professor do Instituto Federal de Goiás/IFG. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC.

uma resposta aos trabalhadores da categoria profissional que representam, mas ao mesmo tempo, com sua apatia ou comprometimento com os patrões ou o estado, e apostando em que os trabalhadores esperam deles uma iniciativa, conseguem ser poderosos amortecedores da luta de classes. E esta não é uma realidade somente brasileira. Poderíamos dizer que, do ponto de vista político, a burguesia no Brasil se habituou a administrar os conflitos de baixa intensidade perenes, típicos das relações de classe que fundam nossa sociedade. Há tempos que não emergem lutas radicais graves entre burguesia e proletariado no Brasil.

Este é um aspecto da questão. Há outros. A instituição estatal, típica de países de capitalismo subordinado tem que lidar com a situação herdada de processos antigos de exploração internacional. Assim, a urbanização problemática típica de todos os países nesta situação não é mera coincidência. As imensas favelas latino-americanas, africanas e asiáticas não são somente combinações fortuitas. São na verdade a resultante de intensos e longos processos de exploração internacional, mas isto é assunto para outro momento. O que quero destacar é que as condições de vida das classes trabalhadoras dos países de capitalismo subordinado resultam de vários fatores, sendo um deles a exploração internacional, que carrega riquezas incontáveis para os países imperialistas. Isto, contudo, não resume a questão. Esta exploração internacional é realizada em escala local e nacional, ou seja, se dá no solo fértil de cada lugar onde se instalam as unidades produtivas, ou seja, a exploração internacional é parte de um processo mais amplo que expressa na verdade uma generalizada exploração de classe.

Assim, devido às condições históricas particulares dos países subordinados, a exploração de classe se efetiva com muita intensidade nestas realidades. Os baixos salários, as taxas altas e perenes de desemprego, a carestia de vida, as condições precárias de trabalho, moradia, lazer, estudo, processo educativo etc. formam um quadro típico de países de capitalismo subordinado. Poderia descrever ainda um conjunto de outros processos que afligem cotidianamente a população trabalhadora destes países e no foco o Brasil: violência criminal e policial perenes, acesso à saúde precário, alcoolismo, drogadição, pauperização no campo e na cidade, urbanização com altos índices de favelização, subúrbios degradados e distantes etc. Só estou citando estes aspectos do cotidiano para demonstrar que, na verdade, o conjunto da vida das classes laboriosas é uma parte da engrenagem do cotidiano alienado que caracteriza a sociedade moderna.

Estes aspectos do cotidiano aqui destacados só trazem à luz do dia um elemento fundamental, a vida de cada um é a expressão individual da alienação generalizada. Por alienação entendo o que Marx, nos seus famosos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* já havia dito. Referindo-se ao trabalho do operário, dizia, a alienação é o processo que torna o trabalho, algo efetivamente humano, um

processo que desumaniza o trabalhador. Isto se deve aos seguintes aspectos: a) o trabalhador ao produzir um mundo de riquezas, se empobrece na mesma medida, ou seja, o produto do trabalho é estranho, alheio ao trabalhador que o produziu; b) mas não só o produto do trabalho é alheio ao trabalhador, também o processo de trabalho não está nas mãos de quem o executa, ou seja, o trabalho, como processo de produção de riquezas aparece para o trabalhador como uma dupla alienação. Ele não tem o controle do processo, que está nas mãos de outro; também não tem o controle sobre o resultado de seu trabalho, que pertence a outro. Assim, seguindo esta linha de apresentação, quanto mais o trabalhador se dedica ao seu trabalho, mais longe de si mesmo ele fica. Quanto mais riqueza ele produz, mais enriquece outros, ao passo que para si, só lhe resta contentar-se com o salário que lhe garante o direito de sobreviver como ser alienado.

Em *O Capital*, Marx retoma esta ideia, mas agora com uma elaboração conceitual muito mais rica e profunda. Quando discute o fetichismo da mercadoria, o que chama a atenção é o fato das mercadorias aparecerem ao trabalhador como uma grande fantasmagoria. O trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho e o mundo que ele cria é completamente estranho para ele. Se levamos esta afirmação à radicalidade que ela implica, temos de reconhecer que o conjunto da vida, não só o processo de produção de mercadorias, é fundado neste pressuposto geral. O trabalhador não controla seu trabalho, não controla seu lazer, não exerce influência direta sobre as informações que consome etc. O que este processo todo gera é uma determinada forma de ser e agir, pois diante da alienação fundamental do processo de trabalho, o trabalhador não se vê capaz de colocar em suas próprias mãos os rumos de sua vida. Tudo está submetido a outro. Ele se vê incapaz e frágil diante de tudo. Todo o mundo que ele criou converte-se em um gigante que lhe esmaga entre os dedos. A ideia fundamental de Feuerbach com relação a Deus revela-se na materialidade da vida profana de cada um. Se o homem criou Deus e este converteu-se de criatura em criador segundo a sentença feuerbachiana, segundo a afirmação marxista, o operário ao criar a mercadoria, venera nesta a mesma divindade que o teísta venera em Deus. Nem o crente controla seu Deus, nem o operário sua mercadoria. Esta alienação fundamental extrapola os limites da fábrica e invade o conjunto da vida.

Esta ideia é a explicação teórica que nos permite dizer que os protestos são completamente legítimos. A classe operária e demais classes exploradas e oprimidas (trabalhadores domésticos, lumpemproletariado, trabalhadores do comércio e serviços, setores mais empobrecidos da intelectualidade – professores da rede pública básica de ensino etc.) se colocam neste reino geral de alienação, como partes prejudicadas no processo. A burguesia e suas classes auxiliares, (burocracia estatal, universitária etc.), intelectualidade (professores universitários,

pesquisadores, “profissionais liberais”, jornalistas, artistas etc.) embora componham o reino geral de alienação são privilegiados, daí sua defesa consciente desta sociedade.

Assim, para compreendermos realmente a legitimidade de tais protestos, não podemos em hipótese alguma partir do ponto de vista ou perspectiva destas classes privilegiadas. Não podemos olhar para os protestos como os alcoviteiros dos meios oligopolistas de comunicação e intelectuais conservadores o fazem. Nosso ponto de partida deve ser outro. Nossa perspectiva é evidentemente a do proletariado. Não existe análise neutra da realidade. Toda análise tem um ponto de partida e este ponto de partida tem como substrato no qual se assentam interesses de classe. Assim, não há jornalista, intelectual, militante etc. que não parta de uma ou outra perspectiva de classe. Por perspectiva de classe do proletariado, estamos aqui tomando o conjunto de análises que expressam os interesses desta classe social, mas não somente os interesses imediatos (salários, melhores condições de trabalho, mobilidade urbana – já que isto é o foco do momento – etc.), mas sim os interesses históricos do proletariado, ou seja, a abolição do capitalismo e instauração de uma sociedade radicalmente distinta. Sempre lembrando que interesses históricos e imediatos formam uma totalidade. Não se deve desvinculá-los. Se se prende somente nos imediatos, fica-se no nível do reformismo. Se se prende nos interesses históricos, sem se levar em conta as condições históricas imediatas e as necessidades urgentes das classes trabalhadoras, fica-se no nível daquilo que Ernst Bloch, no seu *O princípio Esperança*, definiu como utopia abstrata.

É com base nesta perspectiva que temos que considerar a onda de protestos que assola o Brasil desde o mês de abril de 2013. Estes são parte daquilo que alguns chamam de “problemática urbana”. A sociedade capitalista produz o espaço que lhe é necessário, tal como é com todo e qualquer tipo de sociedade. As nossas cidades são, portanto, o resultado da urbanização que o capitalismo necessita. Os elementos que envolvem a “problemática urbana” são inúmeros: moradia, infra-estrutura urbana, oferecimento de serviços, gestão do território por parte do estado e das empresas é claro, a mobilidade, da qual o foco aqui é o transporte coletivo.

A classe capitalista, a proprietária do capital, divide-se em várias frações: burguesia industrial, agrária, financeira, comercial, educacional etc. Dentre estas várias frações, uma delas é a que investe seu capital no deslocamento das populações urbanas. A esta fração, podemos dar o nome de burguesia transportadora e por consequência, o capital que ela detém de capital transportador. O capital transportador, tal como qualquer outro, divide-se em constante e variável. O capital constante é aquele constituído, no caso do transporte coletivo nos centros urbanos, pelos ônibus, trens, metrô, terminais,

paradas de ônibus, estações de trem e metrô etc. O fato de um ou outro elemento do capital constante pertencer ao Estado não anula a questão, só torna o Estado um proprietário de partes do capital transportador. O capital variável é aquele investido nos salários de todos os trabalhadores do sistema: motoristas, cobradores (ou trocadores, o nome varia de acordo com a cidade), apontadores, supervisores, pessoal de escritório etc.

O capital transportador, diferentemente do industrial, construção civil, agrário etc. não produz um produto, mas um serviço. Deste modo, da mesma forma que o capital comercial, financeiro, turístico etc. ele drena renda de outros lugares para si. Seria, segundo definição de Marx, fração do capital improdutivo, pois nele não há geração de valor, mas tão-somente apropriação de mais-valor produzido em setores do capital produtivo. Não é objetivo nosso aqui neste texto abordar esta questão com mais profundidade, mas podemos dizer que os trabalhadores do capital transportador não geram valor ao produzir este serviço, mas tão-somente se apropriam de partes do mais-valor global produzido em outros setores do processo produtivo.

No caso dos transportes urbanos, portanto, o lucro das empresas advém da transferência de renda dos usuários para os cofres das empresas. O cálculo é feito com base na relação motorista/usuário. Ou seja, quanto mais usuários por motorista, maior será o lucro da empresa que explora este ramo. A mesma transferência de renda também pode ser observada quando o estado subsidia parte dos valores da tarifa ou mesmo de seguimentos da população que usam o transporte coletivo mas não pagam tarifa (idosos, crianças, estudantes – onde há meia passagem ou passe livre estudantil etc.). O fato de o estado pagar parte não muda a questão do ponto de vista teórico de o capital transportador, no que se refere ao deslocamento de pessoas nos centros urbanos, de se apropriar de parte do mais-valor global (renda) produzidas em outras esferas.

Esta relação coloca necessariamente em oposição aos empresários do transporte tanto os usuários, quanto os trabalhadores do transporte, notadamente os que não ocupam cargos de direção e controle dentro das empresas. Tem-se, deste modo, colocado o pano de fundo sobre o qual desfilam os protestos que correm pelas cidades brasileiras. Contudo, isto é insuficiente para explicá-los. É necessário observar outras determinações. Não vou me estender sobre elas, mas somente citá-las: a) devido ao fato de o transporte coletivo ser uma fração do capital e ser um serviço prestado à população, a classe que detém este capital visa maximizar lucros, isto implica na prestação de serviços precários (ônibus lotados, tarifas caras, frotas sucateadas, atrasos etc.); b) o transporte e os preços das tarifas são a gota d'água para um conjunto de outras coisas que vinham sendo gestadas: carestia de vida, crescimento do desemprego, problemas nunca solucionados em

setores básicos como saúde, educação, descrença generalizada da população na “classe política”, entre inúmeros outros elementos; c) grupos de ativistas mobilizados e organizados convocando os protestos; d) papel das redes sociais na articulação dos protestos, ou seja, as redes sociais na internet são somente um meio que facilita a organização e nunca a base para que os protestos surgissem; e) gastos do estado com os estádios de futebol para a Copa do Mundo e das Confederações e conflitos sociais derivados disto, bem como a ocorrência da Copa das Confederações no mês de junho, a qual acabou por mobilizar grandes protestos diante dos estádios onde aconteciam jogos.

Outros elementos poderiam aqui ser destacados, mas estes já bastam para demonstrar que existe um conjunto de determinações que levaram a população brasileira às ruas novamente. A pauta mobilizadora foi a luta pela redução da tarifa em algumas cidades ou pelo não aumento em outras. O preço da tarifa, como vimos, é parte da estratégia do capital transportador de transferir renda de outros setores para si. Mas outros elementos vão compondo os protestos e estes adquirem amplitude nacional, mobilizando milhares de pessoas em cada cidade.

Assim, desde abril de 2013 que estes protestos vem tomando as cidades brasileiras: Porto Alegre e Teresina inicialmente, depois Goiânia e outras cidades. Em seguida São Paulo, Rio de Janeiro etc. No mês de junho, o país inteiro é tomado por manifestações gigantescas, de proporções que o estado brasileiro, bem como as classes dominantes como um todo não estavam mais habituadas a ver. A repressão promovida pelo estado, via polícia militar, em certos níveis completamente desproporcional acaba por criar efeito contrário ao que esperavam as classes políticas alojadas no poder de estado. A repressão violenta em várias cidades não gerou terror ou medo na população, mas sua adesão aos protestos. Assim, 300 mil pessoas no Rio de Janeiro, ocorrendo simultaneamente a 100 mil em São Paulo, 60 mil em Belo Horizonte, 40 mil em Porto Alegre etc. E mobilizações semelhantes a estas ocorrendo diariamente nas principais cidades do Brasil.

Como são estes protestos? Como ocorrem? Quais ações são perceptíveis?

Da radicalidade dos protestos

Não existe qualquer forma de ação popular sem haver organização. A grande questão é: qual o conteúdo e a forma destas manifestações? Ouve-se constantemente dizer a respeito delas: não tem líderes; não são controladas por partidos políticos; não possuem um centro de decisão a partir do qual as informações e a organização possa ser creditada etc. Tudo isto é verdade e vem deixando a mídia corporativa, os políticos profissionais e grande parte da intelectualidade aturdidos diante dos fatos. Não sabem explicá-los. Só conseguem

olhar para o que está acontecendo com suas velhas maneiras de conceber as velhas formas de organização.

A forma de organização destes protestos é, em verdade, seu elemento mais radical, visto suas bandeiras e reivindicações serem bastante limitados. Reivindicar redução de tarifa é algo importante, pois interfere nas taxas de lucro das empresas, mas não altera muita coisa em toda a lógica do sistema. As manifestações surtiram efeito e a partir do dia 19 de junho de 2013 todas as cidades que haviam aumentado o valor da tarifa voltaram ao valor anterior, as que ainda não tinham aumentado, não fizeram proposição de aumentar. Isto foi uma vitória que a população nas ruas conquistou. Após esta vitória, alguns grupos recuaram, como o MPL – Movimento Passe Livre de São Paulo, dizendo que não iam mais convocar manifestações, alegando para tanto que o objetivo das mesmas já havia sido alcançado, ou seja, reduzir o valor da tarifa. Mas além desta concessão, várias outras foram feitas pelo estado, tentando carrear as insatisfações das ruas para temas parlamentares (votação e rejeição da PEC – 37, que reduzia poderes do Ministério Público, votação de lei que torna corrupção parlamentar crime hediondo, proposta de reforma política, realização de plebiscito etc.). Ou seja, burocracia governamental (classe política) no Brasil viu-se obrigada a revogar um conjunto de coisas, fazendo concessões que não fariam em outra ocasião. *Entretanto, toda a movimentação parlamentar não conseguiu recuperar uma coisa: a forma de organização e atuação dos coletivos que estavam convocando as manifestações.*

Para compreendermos isto, temos que explicar o significado de algumas palavras: apartidário, autônomo, horizontal. Estas palavrinhas expressam uma forma organizativa que ainda não foi capitulada pelo sistema jurídico existente. Vejamos o que significam. Apartidário: quer dizer que o coletivo em questão não está tutelado ou aparelhado por nenhum partido político, embora não proíba que pessoas de partidos políticos participem. Autônomo: significa que o coletivo não recebe dinheiro ou outro tipo de ajuda de empresas, partidos, ONG's, parlamentares etc. A autonomia refere-se ao fato de o coletivo fazer ele próprio a gestão de seus recursos os quais ele mesmo produziu. Horizontal, ou seja, não existe no interior dos coletivos desta natureza nenhum grupo dirigente, nem formas hierárquicas de tomadas de decisão e ação. Por último, um aspecto ainda a ser destacado, tais coletivos não estão regulamentados em nenhum estatuto, lei, regimento etc. Ou seja, a sua forma de organização e atuação não estão, ainda, regulamentadas. Daí um dos elementos que explicam a estupidez dos líderes políticos e intelectuais que olham para as manifestações e não conseguem ver que ali existe organização, embora não exista institucionalização.

Depreende-se, portanto, que organização é algo distinto de instituição. Por organização defino o ato, a ação de agir coletivamente com base num conjunto de

formas e procedimentos determinados pelo grupo, comunidade etc. em questão. Institucionalização, pelo contrário, remete a algo mais e implica na subordinação das organizações à lógica institucional, portanto, legal de funcionamento dentro das sociedades de classe. No que se refere à sociedade capitalista, toda forma de organização que esteja submetida à legalidade e à institucionalidade típicas desta sociedade são organizações que já foram integradas e, portanto, perderam o elemento subversivo que porventura tenham tido.

O exemplo emblemático deste processo é a organização sindical, que surge como uma típica organização de trabalhadores criada para defender os interesses imediatos da classe operária, sendo que algumas tendências, tal como o sindicalismo revolucionário, o anarco-sindicalismo defendiam que estas organizações deveriam ser os órgãos de gestão da sociedade futura em substituição ao estado etc. Os sindicatos surgem no século 19 e à medida que vão sendo incorporados à institucionalidade capitalista vão perdendo todo caráter subversivo que tinham. Além disto, à medida que vão se tornando poderosas organizações, criam em seu interior uma camada dirigente que em não raras vezes possuem interesses opostos aos dos trabalhadores que supostamente representam, a burocracia sindical. Assim, os sindicatos passam de organizações de trabalhadores a instituições burocráticas que falam em nome dos trabalhadores.

Esta análise vale também para os partidos políticos. Os partidos políticos ditos de esquerda começam a se formar na Europa no final do século 19 e devido à lógica organizativa do sistema democrático daquele período, ofereciam certos perigos às classes dominantes, pelo menos estas achavam que ofereciam. Por isto, tais partidos eram não raras vezes colocadas na clandestinidade. A democracia censitária, típica deste período, cede espaço, na primeira metade do século 20, à democracia partidária, na qual os partidos são inseridos dentro da legalidade e funcionamento do sistema eleitoral. Sua pretensa combatividade de períodos anteriores diminui consideravelmente. O exemplo do Partido Social Democrata Alemão é o mais emblemático deste processo. Mesmo assim, haviam ainda algumas fragilidades no sistema “democrático” que ainda causavam algumas preocupações com os partidos políticos. Após a Segunda Guerra Mundial, a democracia partidária é substituída pela democracia partidária-burocrática o que faz com que todos os partidos, independentemente de seu espectro ideológico, torne-se parte da mecânica de funcionamento do sistema eleitoral e do estado moderno (tanto em regime ditatorial quanto democrático).

Em síntese, o que se pode dizer é que as organizações ditas dos trabalhadores: partidos políticos de “esquerda” e sindicatos não são mais organizações que expressam os interesses das classes exploradas. Pelo contrário, são instituições integradas à lógica de funcionamento da sociedade capitalista. São

instituições burocráticas que embora falem em nome dos trabalhadores, são na verdade expressão dos interesses de classe da burocracia partidária e sindical. Não são mais, portanto, organizações dos trabalhadores, mas tão-somente, instituições que se lhes opõem.

A grande questão é que os políticos profissionais (da esquerda à direita), os intelectuais em sua esmagadora maioria, os meios oligopolistas de comunicação e os jornalistas que os expressam etc. estão visivelmente assustados diante dos acontecimentos. Os coletivos que convocam as manifestações são a expressão de um conjunto de insatisfações populares. É justamente isto que faz com que a população junte-se aos protestos. O meio com que os coletivos fazem isto é geralmente através das redes sociais, notadamente o facebook. Isto não implica em dizer que o facebook é o elemento central, como muitos dizem. Pelo contrário, é tão-somente um meio de comunicação que facilita e acelera o processo de mobilização.

As manifestações consistem basicamente em aglomerar em pontos estratégicos das cidades para onde ocorrem um contingente populacional considerável, variando de cidade para cidade e de período para período. Os maiores números de manifestantes foram percebidos durante as segunda e terceira semana de junho de 2013. Os protestos consistem basicamente em aglomerar população e quando ela se radicaliza mais, em depredar prédios públicos, agências bancárias, saque de lojas, realização de assembléias em alguns lugares onde ocorrem as manifestações, depredação de automóveis da imprensa corporativa etc. Quando tal radicalização se efetiva, a repressão policial é a estratégia do estado para conter as manifestações.

Aqui cabe um parêntese importante. Dos vários relatos que se observam em várias cidades brasileiras, a prática corrente da força policial é: a) infiltrar militares à paisana nas manifestações (os conhecidos P2). Estes policiais incitam alguns ataques à polícia ou mesmo iniciam algumas depredações, ações estas que justificariam a repressão policial; b) a polícia, independentemente do que os manifestantes façam já chega com a intenção de dispersar o protesto utilizando para tanto todo o aparato repressivo de que dispõe. Estas duas estratégias implicam geralmente na mesma consequência: depredação da cidade, vários feridos e detidos.

A partir disto o que se tem é um claro processo de criminalização dos manifestantes, no qual vários são processados por crimes como: “porte de produto inflamável”, “depredação qualificada” etc., ou seja, trata-se de o estado tentar encontrar crimes para qualificar os atos e colocar os manifestantes na qualidade de criminosos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado com relação às manifestações é o papel dos meios oligopolistas de comunicação. Quando se iniciaram os protestos, ainda no mês de maio, a posição da mídia corporativa foi contrária ao conjunto de todos os protestantes. Nas manifestações que ocorreram em várias cidades, sendo as de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília as maiores, houve uma desproporcional repressão policial com dezenas de feridos e vários detidos. Isto provocou efeito contrário ao esperado, como já dissemos. Nas manifestações dos dias seguintes o número de manifestantes chegava à casa dos 100 mil em São Paulo, 300 Mil no Rio de Janeiro e cifras parecidas em capitais como Brasília, Belo Horizonte etc. A partir deste momento, quando a população em massa aderiu aos protestos, a posição da mídia corporativa modificou-se um pouco. Ao invés de se posicionar contrariamente a todo o movimento de manifestações, fez uma separação discursiva entre os “vândalos”, “baderneiros” e os “manifestantes pacíficos”. Estes posicionamentos dos meios de comunicação tiveram algumas consequências: a) vários automóveis identificados destas empresas (GLOBO, SBT, BAND, RECORD etc.) foram depredados; b) os repórteres destas empresas não podiam aparecer nas manifestações com identificação visível, pois eram expulsos dos protestos etc.

Esta distinção, mera estratégia discursiva é claro, começou a exercer sobre o conjunto dos protestos um grande efeito. Foi convocado por vários grupos em todo o Brasil uma manifestação conjunta a ser realizada no dia 20/06 de 2013. Tal manifestação efetivou-se em quase 580 cidades brasileiras, reunindo números de manifestantes nunca vistos antes na história das lutas sociais no Brasil. Chega-se a dizer que em todas as cidades brasileiras em protesto, chegou-e a reunir quase 2 milhões de manifestantes ao todo. Contudo, o tom das manifestações já veio bastante condicionado pelo discurso midiático. A separação entre “pacíficos” e “vândalos” ficou bem definida, sendo que, em não raras vezes, os “pacíficos” delatavam aos policiais as ações mais radicais dos “vândalos”. Sob a falsa ideia de que a mídia corporativa estava apoiando os protestos, o que ocorreu foi que ela conseguiu retirar de consideráveis parcelas de manifestantes, o caráter combativo, crítico e, portanto, perigoso para as classes dominantes, das manifestações.

Isto é algo importante a ser registrado, pois as classes dominantes que se assustaram com a capacidade mobilizadora da população organizada, conseguiu, com uma mera estratégia discursiva, retirar a potencialidade subversiva dos protestos. Isto, naturalmente, não foi absoluto e o que se observou nos dias seguintes é que a repressão policial não separa “pacíficos” de “vândalos”, pois, em verdade, tal separação só existe como mero discurso.

A radicalidade dos protestos e a forma de organização dos coletivos que estiveram à frente de tais protestos foi a única coisa que não pode ser controlada

ou recuperada pela política parlamentar. Tal radicalidade é o elemento central dos protestos. Suas conquistas, em que pese sejam importantes, são, todavia, secundárias. O fato de a presidente da república Dilma Roussef ter aparecido em público para fazer pronunciamento sobre as manifestações, o fato dela ter aberto canal de diálogo com representantes do MPL, o fato do preço das passagens do transporte coletivo em todo o Brasil não terem aumentado, o fato de os parlamentares terem votado um conjunto de novas leis, o fato de os parlamentares brasileiros estarem propondo reforma política etc. só demonstra que eles se assustaram, mas principalmente que as reivindicações imediatas são facilmente incorporadas pela legalidade burguesa. Agora, os protestos e as formas de organização dos mesmos, a política burguesa ainda não conseguiu recuperar. É justamente neste ponto que tais movimentos devem investir suas forças e energias. Ou seja, o poder das ruas faz o estado e a classe capitalista tremerem.

Dos limites e da necessidade de avançar

A luta de classes no Brasil entrou num novo estágio. Se os protestos recuarem e uma tendência é esta, a memória, a história etc. dos mesmos compõem o imaginário da população. A retomada inevitável trás tudo isto à tona novamente. Contudo, o que deve ser destacado é que a mera manifestação não pode ser eleita como o fim da luta. Esta é, todavia, tão-somente um meio e é assim que deve ser compreendida pelos seguimentos mais radicalizados (anarquistas, autonomistas, autogestionários, seguimentos da juventude mais radicalizados etc.). As manifestações de rua são importantes, pois além de aglutinarem milhares de pessoas, mostram ao conjunto da sociedade que a tão apregoada paz entre as classes não existe. Contudo, ela padece de algumas dificuldades: a) em primeiro lugar, devido seu próprio caráter as manifestações tem sentido reivindicativo, ou seja, utiliza-se da manifestação para reivindicar seja do estado, seja dos capitalistas determinada demanda urgente da população. Assim, por esta característica inerente ao protesto, este não pode ser eleito como único método de luta. Voltarei a isto mais à frente; b) em segundo lugar, o protesto, por reunir as pessoas num mesmo local, facilita o trabalho repressivo da polícia e a conseqüente criminalização dos movimentos sociais e a conseqüente judicialização dos indivíduos presos durante os protestos.

Estes dois elementos são uma contradição em si mesmos. O fato de ser reivindicativo e devido à radicalidade que já me referi antes, surte efeitos imediatos na medida em que algumas concessões são feitas. Ou seja, ao mesmo tempo em que os protestos e os seguimentos mais radicalizados de toda esta movimentação não podem ser recuperados pela política institucional, suas demandas urgentes são facilmente capituladas e incorporadas na dinâmica institucional. Esta dinâmica

ambivalente pode evoluir para posturas mais radicais, como mostrarei mais à frente. É esta tendência que os grupos e seguimentos mais radicais devem reforçar.

O segundo aspecto também é uma contradição ambulante. O fato de aglutinar milhares de pessoas ao mesmo tempo que é a força do protesto, é também o elemento que facilita a repressão. Mas ao mesmo, como demonstramos, a repressão tende, dependendo das circunstâncias, a ampliar os protestos. E à medida que o número de manifestantes atinge um nível intolerável para da dinâmica normal de funcionamento da institucionalidade burguesa, concessões são arrancadas do estado e dos capitalistas.

Ou seja, estas contradições de que padecem o mero protesto, devem ser compreendidas pelos seguimentos mais radicalizados dentro do movimento para fazer reforçar tendências que caminhem para processos cada vez menos recuperáveis pela institucionalidade burguesa. Assim, é necessário, de um ponto de vista revolucionário, atentar-se para duas coisas: a) avançar as estratégias de luta para além dos protestos e manifestações de rua; b) unificação dos seguimentos mais radicalizados com a intenção de ampliar as bandeiras de luta para pautas mais radicais e que abarquem o conjunto da população trabalhadora e notadamente o proletariado. Uma está necessariamente contida na outra.

Como demonstramos no início, o estopim de toda a movimentação foram as demandas da juventude, notadamente do movimento estudantil e como pauta principal a luta pelo não aumento da tarifa do transporte coletivo, que é uma demanda mais ampla e incorpora outros setores da população. Iniciadas as manifestações com estas pautas da juventude e com o prosseguimento das ações, os protestos evoluíram para outros seguimentos e outras pautas incorporando expressivas camadas da sociedade. A partir deste momento, os lemas de “educação”, “saúde”, “moradia”, “corrupção” etc. começaram a aparecer no conjunto das manifestações, demonstrando que, contrariamente ao que aparece cotidianamente nos meios oligopolistas de comunicação, há problemas latentes na sociedade brasileira e estes vieram à luz do dia nas manifestações.

Sendo assim, o que temos é que tais protestos não foram capazes de mobilizar ou de criar outras estratégias de ação. Isto é necessário que fique bem claro para todos aqueles que lutam por constituir uma nova sociedade. É necessário a retomada das mobilizações, mas isto tem que ser feito incorporando e indo além dos protestos de rua. Quais seriam então tais possibilidade de ação?

Tais estratégias estão articuladas com as demandas e reivindicações. A bandeira de luta que mobilizou inicialmente deve ser mantida e ampliada, como alguns grupos vem fazendo: defesa de passe livre estudantil, tarifa zero universal

etc., mas isto deve ainda ser coadunado com outros elementos, como por exemplo, exigência de participação dos trabalhadores do transporte na gestão do mesmo, participação e controle popular da gestão do transporte etc. Mas outros elementos devem ainda ser incorporados para que a situação atual tenda para uma radicalização ainda maior. Questões candentes da classe trabalhadora devem tomar a cena das discussões: aumento real do salário mínimo, redução da jornada de trabalho etc.

Também os temas que foram levantados durante os protestos devem reaparecer, mas agora com um padrão mais concreto de efetivação. Ao invés do discurso evasivo de “melhoria na educação”, “melhoria na saúde” etc., incorporar as demandas reais dos trabalhadores e usuários destes serviços como uma pauta real que incorpore estes seguimentos agindo organizadamente dentro do processo.

Assim, as greves na educação nos municípios, estados e nas federais (universidade e institutos), em sua grande maioria sofreram grandes derrotas nos últimos anos e em grande parte isto deveu-se não aos governos somente, mas principalmente aos sindicatos destas categorias. A mesma coisa é válida também para os trabalhadores da saúde, bem como seus usuários.

Ou seja, uma meta a ser alcançada pelos seguimentos mais combativos dentro dos protestos é a integração dos vários seguimentos da sociedade dentro de blocos de luta. É neste ponto que a propaganda revolucionária torna-se algo de fundamental importância, pois neste sentido, a divulgação e discussão destes elementos, o chamado a greves gerais e locais etc. levará tais seguimentos a criarem seus próprios instrumentos de organização (comandos de greve etc.), os quais, num processo de mobilização mais geral têm importância fundamental.

Este conjunto de demandas da população devem ser mobilizadas como problemas reais, concretos como formas de incentivar a auto-organização da população trabalhadora. Neste caminho de ação e mobilização, a possibilidade de entrada da classe operária no processo de luta, que até então esteve ausente da cena política, cria dificuldades ainda maiores de recuperação das lutas pelas classes exploradoras.

Em poucas palavras, o que o momento atual exige é que haja uma hegemonia proletária no curso dos processos políticos. Por hegemonia proletária não estou afirmando que os sindicatos devem tomar as rédeas das ações. Muito pelo contrário, tal como os partidos políticos, também os sindicatos são instituições a serem combatidas. Por hegemonia proletária, estou afirmando que os interesses de classe (imediatos e a longo prazo) do proletariado devem tomar a cena política. Se isto acontece, o discurso midiático que muito influenciou os últimos protestos

(pacifismo, unidade nacional, hino nacional, bandeira do Brasil etc.) perderão o sentido. Não existe “a população brasileira”, o que existe, efetivamente, é a sociedade brasileira e seu conjunto de classes e conflitos de classe. Assim, os grupos, classes e tendências mais radicais devem se colocar na cena política atual, apresentar uma perspectiva revolucionária e incentivar sob todas as formas os processos de auto-organização dos trabalhadores. Somente assim, esta atual onda de protestos pode evoluir para uma onda revolucionária e a possibilidade de emancipação humana se colocará de forma mais clara alhures no horizonte.

MANIFESTAÇÕES, ESTADO E O FIM DO CAPITALISMO

Edmilson Marques*

O mundo está fervilhando em manifestações. A cada dia uma aparece com questões que estão deixando os representantes do estado preocupados, já que este vem sendo alvo de constantes críticas. Nesse sentido, é fundamental no atual contexto discutir a relação do estado com as manifestações que vêm surgindo ultimamente. A partir daí podemos observar: 1. O que representa as reivindicações apresentadas pelos manifestantes para as relações sociais estabelecidas no capitalismo, já que muitas delas são aceitas e tem o aval do estado? 2. Que elementos novos estão surgindo com estas manifestações que estão sendo duramente reprimidas pelo estado? 3. Que relação há entre as manifestações e o fim do capitalismo?

Discutir a relação estado e manifestações é fundamental no atual contexto em que estamos sendo bombardeados por informações divulgadas pelos meios oligopolistas de comunicação, que, ao seu modo, vêm interpretando os últimos enfrentamentos ocorridos. O primeiro pressuposto fundamental que é preciso ser considerado e que não é, de maneira alguma, dito pelos meios oligopolistas de comunicação, é que o estado é um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx, 1988, p. 78). O estado no capitalismo é a “condição necessária para a conservação do modo de produção capitalista não somente através da repressão e da ideologia mas também através da intervenção na produção, na política, na atividade social etc.” (Viana, 2003, p. 41).

Partido do pressuposto que a burocracia estatal é “uma classe social auxiliar da burguesia, executando o papel de controlar o proletariado, amortecer os conflitos sociais e reproduzir a exploração” (VIANA, 2008, p. 26), o modo como atua só pode ser por intermédio da repressão. Sendo a repressão uma característica da ação estatal, então porque não reprime a todos que participam de manifestações, mas apenas alguns? Essa é uma questão complexa já que o estado vem estabelecendo uma dupla relação com as manifestações: uma primeira em que aceita o modo de agir dos manifestantes, aquela parte que se limita ao ato em si, pautando suas ações por reivindicações muitas vezes escritas em cartazes e faixas; e uma segunda em que busca combater os manifestantes que assumem um caráter radical na luta, aqueles que vão para o confronto direto com a polícia e critica concretamente o estado.

* Professor no curso de História e Economia da Universidade Estadual de Goiás, doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás, militante do Movimento Autogestionário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC.

O estado concorda com as manifestações que se limitam às reivindicações porque não ultrapassam os interesses do próprio estado. E qual é seu interesse? Que a sociedade continue da forma que está, submetida aos interesses dos capitalistas. Vejamos essa questão mais de perto. O capitalismo é uma sociedade em que sua base é fundada em relações de exploração e opressão. A burguesia como classe que se apropria das riquezas produzidas, cria uma sociedade em que a maioria sofre pelo não acesso a essas riquezas. A consequência disso é o aparecimento de uma realidade onde as necessidades imediatas emergem como problemas para a vida humana, as quais podem ser notadas nos milhares de cartazes e faixas apresentados pelos manifestantes.

Os representantes do estado perceberam, no entanto, que atendendo a uma parte das reivindicações e divulgando políticas que propõem sanar a longo prazo as outras pautas mais urgentes apresentadas pelas manifestações, tende a provocar o recuo da luta dos manifestantes e gerar a ideia de que não é necessário mais sair às ruas para protestar, uma vez que ele está agindo para resolver os problemas. Tomemos como exemplo no atual momento o protesto pelo preço das passagens de ônibus e o PEC-37. Poderíamos citar diversas outras reivindicações que estão sendo apresentadas e que evidencia que o capitalismo impede que a maior parte da população consiga suprir suas necessidades vitais.

Ouviu-se um grito uníssono ecoar de que “o povo unido jamais será vencido” no momento em que o estado atendeu as reclamações sobre essas questões. O estado concorda com este tipo de manifestação por esta não ultrapassar os princípios da sociedade burguesa, ou seja, expressam reivindicações que uma vez atendidas não alteram a sociedade existente. Se não representa perigo para o capitalismo, então, o estado não as reprime e, inclusive, é determinada como legal, aceita pela democracia burguesa.

Com o intuito de limitar a ação das classes oprimidas e exploradas, o estado cria ainda políticas preventivas, a exemplo das ideologias repassadas pela educação. Isso explica o porquê aprendemos desde crianças a ser participativos na sociedade, porém, dentro das normas estabelecidas, no sentido de limitar nossas ações a apontar os problemas sociais para o estado para que ele próprio possa resolver através do que denominou de políticas públicas. Assim, as manifestações que se limitam a esse tipo de ação é muito interessante para o estado e para os capitalistas, pois, apontam onde estão os problemas mais urgentes que incomodam uma determinada parte da população e dá ao estado a legitimidade para continuar mantendo em suas mãos o poder de determinar o caminho que a sociedade deve seguir.

Desta forma, as manifestações que são aceitas pelo estado e restringem sua luta a exigir do estado políticas que atendam às suas reivindicações, representa um ganho para o capitalismo, já que estas recuam quando o estado atende suas reivindicações. Assim, os manifestantes podem ser convencidos que não precisam mais manifestar se o estado abolir, por exemplo, o projeto que busca aprovar o PEC-37. Convencem-se de que o objetivo foi alcançado. E desta forma, o estado sorri sem graça e aliviado e com o cassetete nas mãos fala pelo canto da boca: “estão vendo, atendi suas reivindicações, agora, voltemos às suas casas e ao seu trabalho”.

Maurício Tragtenberg (2011, p. 449), ao retratar a história do movimento pacifista no mundo, que tem sua história ligada à luta contra a indústria bélica, observou que:

No caso brasileiro, a “fundação” de um movimento pacifista por personalidades vinculadas a partidos que tradicionalmente instrumentalizaram movimentos sociais, justificando a indústria de armas nacional por produzir divisas para pagar a dívida externa – quando é a alta da taxa de juros que a aumenta geometricamente -, gera um “movimento” natimorto. É uma pena. Porém, os trabalhadores do Brasil encontrarão o caminho para essa luta, temos certeza, pois o futuro está em aberto.

Ocorre, porém, que o estado nem sempre consegue manter o destino da sociedade em suas mãos. Por mais que atue na produção de ideologias, intervindo na economia, na política e reprimindo a população, há sempre aqueles corajosos que não se calam pelas palmadas recebidas e buscam superar esse estado de coisas criado pelo capitalismo. É nesse sentido que podemos agora discutir a segunda forma de relação estabelecida entre estado e as manifestações, a que se mantém pelo confronto direto. Como pode ser notado, todas as manifestações são acompanhadas de perto pelos representantes do estado. Do seu ponto de vista é como se dissesse: “é preciso manter o bicho na coleira para não criar problemas”.

A cada dia que passa cria novas armas para dispersar os manifestantes com o intuito de enfraquecê-los e fazê-los recuar. Muito bem armado, no entanto, se coloca diante das manifestações, impedindo-as de avançar, e é em resposta à truculência e repressão sofrida que parte da manifestação reage partindo para o confronto direto e declarado. Esse é o tipo de manifestação que passa a ser criminalizada pelo estado. A criminalização é um dos meios que utiliza para amedrontar e controlar os manifestantes. Por trás desta concepção está a ideia que estão ultrapassando os limites impostos pelo estado através da lei, logo, se ultrapassou deve ser considerada crime, o que legitima sua própria ação através da repressão.

E porque o estado não permite esse tipo de manifestação? Porque elas podem avançar a tal ponto de gerar um processo revolucionário que aponte para a abolição do capitalismo. Se se perde o controle sobre estas lutas estas seguirão o caminho normal da natureza humana, o que quer dizer que todas as formas de opressão e exploração serão alvo da luta, e nesse sentido, o estado se torna o alvo central. É nesse sentido que pode ser observado que grande parte das manifestações que estão ocorrendo no Brasil foram em direção a aqueles lugares que são a representação do estado, como prefeituras, assembleias legislativas dos estados, Congresso Nacional etc., e concretizaram a crítica através de seu apedrejamento. Esse tipo de atitude nada mais é do que a demonstração de que a população chegou ao limite de sua paciência com a sociedade atual e está começando a tomar em suas mãos a gestão de sua própria vida. Uma pequena parte está tentando avançar, e mesmo sendo pequena tem demonstrado sua força em várias cidades, quando conseguem fazer o estado recuar e colocar os seus representantes pra correr.

No momento em que o estado observa que está perdendo o controle da ordem estabelecida, é quando começa a utilizar de suas forças mais brutais. Começa com armas como spray de pimenta, gás lacrimogêneo etc., e quando as manifestações tomam uma proporção maior e se radicaliza, até mesmo as forças armadas com seus armamentos pesados e letais podem entrar em cena. Isso demonstra que o estado está bem preparado para enfrentar a população enfurecida, mas ao mesmo tempo, demonstra suas fraquezas quando não consegue parar a classe trabalhadora unida. Nesse momento, a política de desarmamento da população, a bastante tempo em voga, pode dar uma certa margem de vantagem ao estado, pois enfrentará uma população supostamente desarmada.

O fim destas manifestações, no entanto, pode possibilitar que o estado se prepare ainda mais para reprimir as futuras manifestações e possibilitar também que o capitalismo crie novas estratégias visando sua reprodução. Desta forma, é preciso aproveitar este momento de intensos protestos e pensar propostas de uma nova sociedade. A possibilidade para se criar uma nova sociedade destituída de pobreza, miséria, guerras, etc., enfim, uma sociedade destituída de opressão e exploração pode começar a ser gerada a partir dos seguintes caminhos: 1. A abolição do estado deve ser o objetivo das manifestações. A questão é que o estado é o principal agente repressor da sociedade, basta observar a brutalidade e repressão que submete parte da população, além das armas e todos os utensílios que utiliza no confronto direto. Portanto, as manifestações devem superar o controle imposto pelo estado e radicalizar a luta com o objetivo fundamental de aboli-lo.

Além da abolição do estado, uma nova sociedade começa ser gerida a partir da transformação do modo de produção e distribuição das riquezas. Rosa Luxemburgo (2011, p. 275) já havia observado que

Hoje, todas as riquezas – as maiores e melhores terras, as minas e empresas, assim como as fábricas – pertencem a alguns poucos *junkers* e capitalistas privados. Por seu trabalho pesado a grande massa dos trabalhadores recebe desses *junkers* e capitalistas um magro salário para viver. O enriquecimento de um pouco número de ociosos é o objetivo da economia atual.

Um passo fundamental na luta por uma nova sociedade é eliminar essa situação. Por este motivo os locais de produção e distribuição de mercadorias devem ser apropriados pelos trabalhadores e colocados para funcionar de forma que atenda aos interesses de todos. Para isso é preciso: 2. Que ao lado das manifestações espontâneas que lutam contra o estado nas ruas, que os trabalhadores se juntem e se apropriem das fábricas, empresas, enfim, de todos os lugares onde se produzem as riquezas. Através desta apropriação aparece o sentimento “de que devem ser inteiramente os senhores da produção, que devem expulsar os intrusos: os capitalistas que só dão ordens, que fazem mau uso das riquezas da humanidade, esbanjando-as e devastando a Terra” (PANNEKOEK, 2007, p. 134).

Os patrões e chefes deverão ser expropriados de seus bens e suas riquezas serem colocadas à disposição de toda sociedade. Sabemos que tudo que se produz acaba sendo monopólio dos capitalistas que levam a produção para ser vendida no mercado. Essa é a razão de ser da fome, ou seja, existe comida em excesso, porém, está nas mãos de poucas pessoas. Marx (1985, p. 294) já havia expresso que esse processo faz

Aumentar a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arreventado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

Nesse sentido é preciso: 3. Apropriar de todas as riquezas disponíveis no mercado e distribuí-las, de forma que atenda as necessidades imediatas de todos, o que pode acabar com a fome e miséria mundial em poucas horas. A revolução operária obrigará os ricos a trabalhar, depois de ter-lhes arrancado as riquezas que lhes permitiam uma vida de parasitas (MAKHAIKI, 1981, p. 165).

Se observarmos o que o Movimento Passe Livre - MPL vem simpaticamente fazendo, é possível imaginar a mesma coisa com a totalidade das riquezas existentes. Por exemplo, os ônibus são riquezas produzidas por um conjunto de trabalhadores, porém, são apropriados por empresas que os utilizam para lucrar com a venda de passagens. A luta pelo passe livre é uma forma de obrigar o estado a ceder parte do mais-valor que se apropria através de impostos para pagar as empresas produtoras de ônibus, mas é preciso ir além disso e se apropriar das fábricas onde esses ônibus são produzidos de forma que os próprios usuários sejam os organizadores da produção e disponibilização do transporte, cujo objetivo fundamental deve ser o seu uso gratuito por todos.

Outras lutas devem ser indispensavelmente empreendidas ao lado dessa e com o mesmo propósito, ou seja, de coletivizar todas as riquezas. Assim, as escolas, hospitais etc., devem ser coletivizados⁸ e os particulares devem ser abolidos. Enfim, tudo que representa meio de extorquir o outro deve ser abolido. Isso colocará em xeque a propriedade privada, o principal reduto do capital a ser abolido, assim, todas as riquezas materiais existentes, terras, locais de moradia etc., que são propriedades privadas de empresas, devem ser tomadas pelos trabalhadores e coletivizadas.

A possibilidade da transformação social, o fim do capitalismo e emergência de uma nova sociedade, portanto, começa a despontar no horizonte. Pode-se notar isso com o conjunto de questões que estão começando a tomar força com as manifestações que eclodiram nos últimos tempos e vem preocupando o estado, a exemplo da superação da ideologia que defende a necessidade dos partidos políticos. Segundo Nildo Viana (2003, p. 19), os partidos políticos,

Apresentam um interesse declarado que é falso (“representar” o “povo”) e omitem o seu verdadeiro interesse (conquistar o poder para distribuir cargos entre a burocracia partidária e reproduzir o modo de produção capitalista e alguns interesses específicos de frações da burguesia ligados a um ou outro partido político).

Os representantes de partidos políticos até que conseguiram, por um bom tempo, enganar boa parte da população com essa ideia de que representam os interesses universais, porém, essa ilusão começa a ser amplamente superada. É nesse sentido que as manifestações espontâneas estão emergindo destituídas do dirigismo geralmente imposto por partidos políticos, e no seu interior aqueles que ousam utilizar de bandeiras partidárias estão sendo rechaçados.

⁸ A coletivização das riquezas deve ser obra dos próprios trabalhadores, através de organizações criadas por eles próprios. O estado não será, e nem pode ser, o meio utilizado para a organização da sociedade, já que sua existência pressupõe a existência de dominantes e dominados, ou seja, das classes sociais.

Para muitos a inexistência de partidos políticos pode criar um caos, mas essa concepção só demonstra o desconhecimento de experiências da luta empreendida pelo proletariado na história do capitalismo, as quais têm demonstrado que existe um projeto político de sociedade onde o estado e os partidos políticos são inexistentes, onde quem gere a sociedade são os próprios trabalhadores através de organizações autogeridas por eles próprios. Este desconhecimento é consequente da ação estatal que financia milhares de projetos que divulgam suas ideias, além da ampla luta cultural que a burguesia empreende que acaba tornando a divulgação deste projeto de sociedade algo marginal. Mesmo que haja a concepção predominante, consequente dos valores burgueses, da impossibilidade do fim do capitalismo, o que a história desta sociedade tem demonstrado é o contrário, ou seja, o predomínio da realidade que aponta a possibilidade de sua abolição. E podemos observar isso com as manifestações que expressam o descontentamento de uma parcela da população. Desta forma, se existem indivíduos descontentes com a saúde, com o transporte, com a corrupção etc., a consequência é chegar a um ponto de não suportar o estado de coisas estabelecido e se manifestar, se posicionar diante delas de forma crítica.

Se tomarmos como referência a quantidade de manifestações que vêm surgindo em todo o mundo e a quantidade de pessoas que lhes integram, podemos chegar à conclusão que há um descontentamento generalizado na sociedade, uma crítica da maior parte da população por diversas questões existentes. Se considerarmos ainda, que a maioria dessas manifestações é desfalcada pela ausência daqueles que são obrigados por seus patrões e chefes a estarem no trabalho, pode-se concluir que apenas uma minoria discordaria das manifestações e se posicionariam contra elas. Mas quem poderia se expressar assim? Aqueles que estão contentes com esta sociedade, logo, que são privilegiados e que não enfrentam problemas no dia-a-dia de sua vida, ou seja, a burguesia, frações da burocracia e aqueles que lhes auxiliam na regularização da ordem estabelecida, a exemplos dos meios oligopolistas de comunicação.

Em síntese, o recuo das manifestações representa a continuação desta sociedade dominada por estes poucos privilegiados em detrimento da maior parte da população. Por outro lado, o seu avanço, a radicalização da luta, é o primórdio da transformação social. Diante deste contexto, o estado concordará com a primeira e utilizará de seu exemplo para combater a segunda. Enquanto a sociedade permitir que a organização social esteja nas mãos das classes dominantes (burguesia, burocracia, frações da intelectualidade etc.), o estado de coisas criado pela burguesia continuará existindo. Uma sociedade igualitária, sem corrupção, destituída de exploração e opressão só será possível com o fim do capitalismo. As manifestações que radicalizam sua luta têm demonstrado o caminho a ser seguido e

que a luta final pela emancipação humana não será uma tarefa fácil, mas, que a possibilidade de sua efetivação está posta.

Referências

LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos vol. II (1914-1919)*. São Paulo: Unesp, 2011.

MAKHAISKI, Jan Waclav. *A Revolução Operária*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. *O Capital Vol. II*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1988.

PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Barba Ruiva, 2007.

TRAGTEMBER, Maurício. *Teoria e Ação Libertárias*. São Paulo: Unesp, 2011.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. *O Que São Partidos Políticos?*. Goiânia: Germinal, 2003.



MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.BLOGSPOT.COM.BR/](http://MOVAUT.BLOGSPOT.COM.BR/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)